



Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Museologia

NATHÁLIA PEREIRA DOS SANTOS FERREIRA

INDUMENTÁRIA E DOCUMENTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE  
DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ACERVOS DE  
INDUMENTÁRIA EM MUSEUS BRASILEIROS

Brasília - DF  
2021

Nathália Pereira dos Santos Ferreira

INDUMENTÁRIA E DOCUMENTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE  
DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ACERVOS DE  
INDUMENTÁRIA EM MUSEUS BRASILEIROS

Monografia apresentada como requisito básico para  
obtenção do título de bacharel em Museologia pela  
Faculdade de Ciência da Informação da  
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Fernandes Considera

Brasília – DF  
2021



## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Indumentária e documentação: um estudo sobre documentação museológica de acervos de indumentária em museus brasileiros

**Aluno:** Nathália Pereira dos Santos Ferreira

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

### **Banca Examinadora:**

Aprovada por:

**Andrea Fernandes Considera**

**Professora da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutora em História Social - UnB**

**Ana Lúcia de Abreu Gomes - Membro**

**Professora da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutora em História Cultural - UnB**

**Silmara Kuster de Paula Carvalho**

**Professora da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutorado em Museologia - Universidade Lusófona de Portugal**

**Luciana Magalhães Portela**

**Professora da Universidade de Brasília (UnB)****Doutora em Antropologia - UnB**

Em 25/02/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 04/03/2021, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 04/03/2021, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Silmara Kuster de Paula Carvalho, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 08/03/2021, às 22:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6361325** e o código CRC **1F51E28C**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436i      Pereira dos Santos Ferreira , Nathália  
              INDUMENTÁRIA E DOCUMENTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE  
DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ACERVOS DE INDUMENTÁRIA EM  
MUSEUS BRASILEIROS / Nathália Pereira dos Santos Ferreira  
; orientador Andréa Fernandes Considera. -- Brasília, 2021.  
              72 p.

              Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de  
Brasília, 2021.

              1. Documentação Museológica. 2. Indumentária. 3.  
Museologia. 4. Museus Brasileiros. I. Fernandes Considera,  
Andréa, orient. II. Título.

Para Cecília.

## AGRADECIMENTOS

Primeiro, gostaria de agradecer a toda minha família, que me apoiou e incentivou ao longo dos anos, principalmente aos meus pais Vanderlides e Celma, aos meus irmãos Matheus e Sarah, as minhas tias Célia, Sandra e Silvia, ao meu avô Dionízio e também a minha avó Raimunda que desde sempre foi uma mulher incrível, uma inspiração para minha vida.

À Universidade de Brasília por me proporcionar momentos incríveis e transformadores. Aos funcionários da Faculdade de Ciência da Informação e ao corpo docente da Museologia e de outros cursos da Universidade que me fizeram crescer e amadurecer academicamente. Agradeço principalmente à secretária Carla Thaís Rocha que sempre ajudou e demonstrou muito apoio aos alunos do curso de Museologia.

Deixo meu agradecimento especial às professoras Andrea Considera, Ana Lúcia Abreu, Rose Miranda, Monique Magaldi, Ivy Silva, Deborah Silva Santos, Luciana Portela, Marijara Queiroz e Celina Kuniyoshi. Mulheres que se tornaram um exemplo para a minha vida pessoal e profissional.

À minha professora e orientadora, Andréa Fernandes Considera, um grande obrigado por aceitar e me orientar não somente nesse trabalho, mas em inúmeros outros projetos que participei durante a minha graduação.

Aos onze museus presentes nessa pesquisa que me ajudaram a elaborar este trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos e colegas de curso, pelo companheirismo e amizade que me fizeram crescer, enriquecendo minha jornada na universidade, especialmente à Athenea Gómez, Isabella Wartha, Joquebede Teles, Filomena Rita, Gustavo Lopes, Maria Cecília Costa, Nayara Melo, Omar Rodrigo da Silva, Paola Lira e Rogelia Souza. Vocês fizeram minha jornada na universidade uma experiência única e incrível.

## RESUMO

Esse trabalho consiste em uma análise dos sistemas e processos de documentação museológica de acervos de indumentária em museus brasileiros. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as fichas de documentação museológica em museus brasileiros e identificar os campos mais relevantes para a documentação dessa tipologia, sendo assim, a metodologia é qualitativa e quantitativa. Apesar de ter avançado muito ao longo dos anos na área de conhecimento da Museologia, ainda não há muitos estudos referentes à documentação de indumentária, portanto esse trabalho foi impulsionado pela necessidade de compreender melhor como está sendo feita a documentação dessa tipologia de acervo presente em muitos museus brasileiros. Essa pesquisa possui três objetivos específicos que estão divididos em capítulos distintos, no primeiro foi feito levantamento e definição dos conceitos de documentação museológica, indumentária e documentação de indumentária, o segundo capítulo consiste num breve histórico de onze instituições museológicas com acervo de indumentária, além de uma análise e comparação dos campos presentes nas 11 fichas de documentação disponibilizadas para esta pesquisa. Por fim, o terceiro capítulo destacou campos apresentados no capítulo anterior e também analisou todos os campos que a Resolução Normativa nº 2 do Ibram estabelece para acervos museológicos, a fim de propor meios para facilitar e uniformizar a documentação de acervos de indumentária em museus brasileiros.

**Palavras-chave:** Documentação Museológica. Indumentária. Museologia. Museus Brasileiros.

## **ABSTRACT**

This work consists of an analysis of the systems and processes of museological documentation of clothing collections in Brazilian museums. The general objective of the research was to analyze the museological documentation forms in Brazilian museums and identify the most relevant fields for the documentation of this typology, so the methodology is qualitative and quantitative. Although it has advanced a lot over the years in the area of knowledge of Museology, there are still not many studies related to the documentation of clothing, so this work was driven by the need to better understand how the documentation of this typology of collection present in many Brazilian museums is being done. This research has three specific objectives that are divided into different chapters, in the first one was surveyed and defining the concepts of museological documentation, clothing and clothing documentation, the second chapter consists of a brief history of eleven museological institutions with clothing collection, in addition to an analysis and comparison of the fields present in the 11 documentation sheets available for this research. Finally, the third chapter highlighted fields presented in the previous chapter and also analyzed all the fields that Normative Resolution No. 2 of Ibram establishes for museum collections, in order to propose means to facilitate and standardize the documentation of clothing collections in Brazilian museums.

**Keywords:** Museological Documentation. Clothing. Museology. BrazilianMuseums.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Exemplo decamisa (descrição).....	60
<b>Figura 2</b> - Captura de tela referente ao Tesouro de objetos do patrimônio cultural dos museus brasileiros .....	61
<b>Figura 3</b> - Exemplo de bermuda (descrição) .....	61
<b>Figura 4</b> - Vestido protesto político [anjo bordado em paêtes].....	65
<b>Figura 5</b> - Calça rosa com flores [Conjuntotúnica] .....	66
<b>Figura 6</b> - Terno de três peças(exemplo) .....	67

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Campos específicos de cada museu .....	42
<b>Quadro 2</b> - Identificação do Objeto (Campos Genéricos necessários) .....	45
<b>Quadro 3</b> - Informações Técnicas (Campos Genéricos necessários) .....	47
<b>Quadro 4</b> - Fotografiae Hiperlink.....	49
<b>Quadro 5</b> - Medidas (Campos Genéricos necessários) .....	51
<b>Quadro 6</b> – Conservação do Objeto.....	52
<b>Quadro 7</b> – Pesquisa e Aquisição .....	53
<b>Quadro 8</b> – Descrição do Objeto.....	55
<b>Quadro 9</b> - Informações Específicas para Indumentária.....	56
<b>Quadro 10</b> - Exemplificação de medidas para uma ficha de documentação .	62

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Cidoc	Comitê de Documentação
FEB	Força Expedicionária Brasileira
Ibram	Instituto Brasileiro de museus
Icom	Conselho Internacional de Museus
Icom-Costume	Comitê Internacional de Museus e Coleções de Vestuário
INBCM	Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados
PNM	Política Nacional de Museus
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA, INDUMENTÁRIA E DOCUMENTAÇÃO DE INDUMENTÁRIA .....	14
1.1 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA.....	14
1.2 INDUMENTÁRIA.....	21
1.3 DOCUMENTAÇÃO DE INDUMENTÁRIA .....	28
2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ONZE MUSEUS BRASILEIROS	32
2.1 APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS.....	32
2.2 ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA.....	40
3 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE INDUMENTÁRIAS.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS .....	70

## INTRODUÇÃO

Ingressei na Universidade de Brasília (UnB) logo após terminar o Ensino Médio, quando ainda não possuía experiência o suficiente para saber o que eu queria estudar. No começo da minha formação, além das disciplinas obrigatórias, procurei sempre ingressar em matérias de História, Biblioteconomia e Arquivologia.

Na Museologia só descobri a área que mais me interessava no quinto semestre: a área de documentação museológica, onde encontrei minha “vocação”. A partir daí procurei desempenhar atividades que trabalhassem com essa temática, sendo elas um Plano de Atividade Complementar (PAC) sobre a documentação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com a professora Andréa Considera e na matéria Estágio Supervisionado 2, onde desempenhei junto com outra estudante a catalogação e documentação do acervo presente no 1.º Regimento de Cavalaria de Guardas dos Dragões da Independência.

No ano de 2017, iniciei um estágio no Museu de Valores do Banco Central através do Projeto Museu Legal, onde ganhei experiência no campo da numismática e obtive contato com o acervo presente no Museu, já que o trabalho realizado era a valoração e catalogação de todo o acervo.

Além dessas experiências, em 2018, juntamente com algumas colegas, participei da fundação da Empresa Júnior do curso de Museologia, a MUSEOTEC-Consultoria e Serviços em Museologia. Na empresa expandi meus conhecimentos em relação à atuação dos museólogos no mercado de trabalho e obtive experiências principalmente nos campos de documentação museológica, laudos técnicos e exposições.

Ao longo da graduação, foram-me apresentadas diversas áreas de pesquisa e atuação e, a partir dos conhecimentos adquiridos, surgiu esta pesquisa cujo tema é a documentação museológica de objetos de indumentária nas instituições e museus brasileiros. Esse trabalho se insere no campo da Museologia pelo Eixo 2 - Museologia e Informação, especificamente no campo de estudo da documentação museológica.

Um objeto, ao adentrar uma instituição museológica passa por vários processos, dentre eles a documentação museológica que pode ser definida como a

área de conhecimento da Museologia que trabalha na coleta e disseminação de informações. A partir de informações descobertas e da pesquisa museológica é possível estabelecer melhor um valor, seja cultural, informacional, ou religioso acerca de um determinado acervo.

A realização desse trabalho foi impulsionada pelo fato de que, apesar da área da documentação museológica ter avançado durante os últimos anos e existir várias iniciativas em relação a sistemas e formas de documentação, não há muitos estudos referentes à documentação museológica de indumentária em museus brasileiros. A lacuna a ser respondida acerca do tema é de como seria uma possível documentação ideal acerca de uma tipologia específica de acervo (como o caso da indumentária) que está presente em muitos museus brasileiros.

Para a realização deste trabalho foi feito um levantamento em plataformas digitais a fim de encontrar as instituições museológicas brasileiras que possuíam algum tipo de acervo de indumentária. Foram identificadas 26 instituições museológicas sendo elas: Museu Histórico Nacional, Museu Paulista da USP/SP, Museu Imperial, Museu Carmen Miranda, Museu de Arte de São Paulo Instituto Feminino da Bahia, Museu de Hábitos e Costumes da Fundação Cultural de Blumenau, Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, Museu da Polícia Militar de São Paulo, Museu Afro-brasileiro, Museu Arquidiocesano de Arte Sacra, Museu Casa da Hera, Museu da República, Instituto Zuzu Angel, Museu Hering, Museu da Indumentária e da Moda, Museu Júlio Castilho, Museu do Índio, Museu Mariano Procópio, Museu da Baronesa, Museu de Arte do Rio, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, Museu de Arte Dica Frazão, Museu do Círio, Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará, Museu da Polícia Militar do Pará. A partir do levantamento tentamos entrar em contato, enviamos e-mails, fizemos ligações e também utilizamos das informações que estavam disponíveis nas plataformas digitais.

Das 26 instituições identificadas, somente sete instituições responderam ao nosso contato, disponibilizando informações referentes à documentação; outras quatro disponibilizaram informações de livre acesso em meio digital. Portanto, serão analisadas onze fichas de documentação de museus brasileiros que possuem tal acervo, estes são: Museu Imperial, Museu da Casa da Hera, Museu Hering, Museu Histórico Nacional, Instituto ZuzuAngel, Museu da República, Museu do Índio, Museu da Indumentária e da Moda, Museu Abílio Barreto, Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará e Museu da Baronesa. As tipologias dos museus são variadas,

possibilitando analisar de modo amplo como a documentação é feita em cada instituição.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as fichas de documentação museológica em museus brasileiros e identificar os campos mais relevantes para acervos de indumentária.

Essa pesquisa possui três objetivos específicos, estes são: levantamento e definição dos conceitos de documentação museológica, indumentária e documentação de indumentária; analisar e comparar fichas de documentação de indumentária de onze museus brasileiros; a partir da análise das instituições, propor melhores meios de documentação museológica de acervo de indumentárias.

A metodologia desse trabalho é básica, uma vez que foi realizada uma revisão de literatura a partir de livros, teses e artigos sobre os conceitos de documentação museológica, indumentária e documentação de indumentária. Os objetivos desta pesquisa são analíticos já que propõe analisar fichas de documentação de indumentária de onze instituições museológicas brasileiras. Sendo assim, esta pesquisa é qualitativa.

A fim de organizar melhor a leitura, esta pesquisa foi dividida em três partes. O primeiro capítulo desse trabalho será reservado para a definição de conceitos como: documentação museológica, indumentária e documentação de indumentária, com o intuito de inserir o leitor na discussão acerca do tema trabalhado aqui.

O segundo capítulo será dividido em duas partes: a primeira irá apresentar as onze instituições museológicas selecionadas para compor esta pesquisa, além de descrever os campos das onze fichas disponibilizadas, e a segunda parte irá analisar quais campos estão presentes nas fichas e como eles foram adequados para objetos de indumentária.

Por fim, no terceiro e último capítulo desta pesquisa, irei destacar e elucidar quais campos dentre os das fichas analisados se adequam mais para objetos de indumentária e também irei discutir sobre os campos que a Resolução Normativa nº2 do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) estabelecem, a fim de propor melhores meios de realizar a documentação museológica de acervo de indumentária.

## 1. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA, INDUMENTÁRIA E DOCUMENTAÇÃO DE INDUMENTÁRIA

Nesse capítulo, que está dividido em três partes, apresento conceitos e debates relevantes para a realização desta pesquisa. O primeiro tópico é a definição de *Documentação museológica*, seguindo pelos conceitos de *Indumentária* e, por fim, *Documentação de indumentária*.

### 1.1 Documentação museológica

Começarei esse tópico estabelecendo que as discussões acerca do conceito de documento e documentação museológica são múltiplas, como aponta Ana Karina de Oliveira (2009)

As noções de documento, documentação, informação, classificação, procedimentos técnicos, preservação, dentre outros, são empregados na literatura museológica com significados múltiplos. São palavras polivalentes utilizadas diferentemente por distintos autores que se encaixam e se amoldam segundo pontos de vista, necessidades e circunstâncias (OLIVEIRA, 2009, p.17).

Para estabelecer o que seria documentação museológica começarei delineando o que considerarei como documento para esta pesquisa. De acordo com Tanus, Renau e Araújo (2012) o conceito de documento é antigo e não é consenso entre os teóricos e pesquisadores, além de não ser restrito somente ao campo da documentação. Portanto “os documentos abrem caminho para a formação da memória da humanidade, independente dos formatos e suportes em que são registrados pelo homem” (TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012, p.160).

No campo da Museologia, o que pode se estabelecer como documento é o que se refere ao objeto e está ligado à musealização, processo que faz com que o objeto perca sua função original, transformando-o num objeto com valor simbólico. A publicação Monumento/Documento de Jacques LeGoff (1984) aborda que

O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito (LE GOFF, 1984, p.526).

LeGoff ainda aborda que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” (LE GOFF, 1984, p. 525).

Sendo assim, os objetos que estão presentes nos museus são escolhas feitas por uma sociedade, numa época específica, tornando-se mutável de acordo com o tempo. Portanto o que está presente nas reservas técnicas dos museus brasileiros não são objetos “neutros”, os documentos que aqui podem ser considerados objetos não sobrevivem ao tempo acidentalmente, “a sua presença ou a sua ausência no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas.” (LE GOFF, 2003, p.534).

Para LeGoff, monumento é tudo aquilo que evoca o passado e “o documento [...] será o fundamento do fato histórico, [...] parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento.” (LE GOFF, 1984,p.526-527).

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção (LE GOFF, 1984, p.537).

Em sua publicação a autora Rosana Nascimento (1994) estabelece que documento é qualquer suporte de informação podendo ser restrito ao entendido convencional, como livros e revistas, ou todo bem cultural como, por exemplo, armas, fotografias, objetos arqueológicos ou indumentárias<sup>1</sup>. Logo, todo objeto museal pode ser considerado um documento.

O objeto ao entrar para o contexto museológico é visto, enquanto um produto, passando a ser representativo como um suporte de informação que será extraído dele mesmo, ao mesmo tempo em que, o ato de classificá-lo, estudá-lo e expô-lo define sua significação cultural, desvinculando-o do seu contexto primário, onde o homem lhe deu significado e função, através da relação com o bem cultural material ou imaterial (NASCIMENTO, 1994, p. 34-35).

Partindo das definições citadas acima é possível definir que objetos presentes em instituições museológicas são documentos, ou seja, peças que possuem informações e valor simbólico. Sendo assim podemos prosseguir para o que seria a documentação museológica.

De acordo com Helena Ferrez (1994), documentação museológica é um conjunto de informações relacionadas a um objeto, mas também um sistema de recuperação de dados que está inserido num campo de aplicação da Museologia, e seu papel, nos museus, é de servir como suporte para a pesquisa científica e

---

<sup>1</sup> Em 1934 o autor Paul Otlet publicou o “Tratado de documentação” que já destacava que objetos tridimensionais também são documentos.

comunicação, através da reconstrução da sua história. José Loureiro (2008) expõe que dentre diferentes aplicações, a documentação é uma junção de regras e códigos que visam facilitar a recuperação de informações.

Trata-se da invenção de normas, códigos e interesses sobre codificados por valores e lógicas distintas, voltados para a ordenação dos saberes, a fim de prover instâncias facilitadoras de acesso à informação. Nesse sentido, revela-se a face oposta ao acaso, à casualidade, à eventualidade; é a construção de aparatos formais de gestão dirigidos à transferência da informação de modo coerente com os valores, a lógica e a necessidade de um dado grupo social em um ambiente espaço-temporal determinado (LOUREIRO, 2008, p.24).

Sendo assim, a documentação busca, também, campos que possibilitem a conectividade entre a sociedade e o conhecimento produzido, já que um sistema de documentação, como parte essencial de uma instituição museológica, resulta na coleta de múltiplas informações acerca de um acervo ou de uma coleção e, portanto, influencia em outras áreas dos museus como pesquisa interna e externa, montagens expográficas, conservação, ações educativas, possibilitando que a sociedade tenha conhecimento de seu próprio patrimônio.

De acordo com José Loureiro (2008), o processo de documentar algo nunca é neutro, portanto “é a construção de aparatos formais de gestão dirigidos à transferência da informação de modo coerente com os valores, a lógica e a necessidade de um dado grupo social em um ambiente espaço-temporal determinado” (LOUREIRO, 2008, p.26). Em relação aos museus, o autor destaca que estes são espaços em que predominam objetos bi e tridimensionais, e que cabe às instituições de preservação do patrimônio não somente o cuidado com os aspectos físicos do objeto, mas também da análise de conteúdos simbólicos (LOUREIRO, 2008, p.26).

Documentar é, sobretudo no âmbito museológico, integrar em conjuntos significativos as tradições, diferenças e dispersões que caracterizam as ciências, saberes e discursos contemporâneos em benefício dos mais diferentes grupos sociais (LOUREIRO, 2008, p.30).

Sendo assim, a informação é um elemento essencial para o desenvolvimento das instituições museológicas e que, através de sistemas de informação, há a possibilidade de pesquisa, compreensão, interpretação de objetos presentes em um acervo. “É ao aprimorar seus mecanismos de transferência interna e externa de informação que esses espaços encontram a possibilidade para o cumprimento pleno de seus objetivos e metas.” (LOUREIRO, 2008, p.28).

Em sua publicação Marilúcia Bottallo (2008) destaca que a documentação de acervos é comum para outras áreas além da Museologia e que para compreender a complexidade de manifestações culturais, tecnologias, objetos artísticos, entre muitos outros é “necessário usar uma série de informações anexas aos mesmos para entender por que eles eram – ou se tornaram – especiais a ponto de merecerem sua preservação” (BOTTALLO, 2008, p.51).

A autora continua apontando que a documentação museológica reconhece os acervos como suporte de informação e que tem como objetivo reunir, organizar, preservar e disponibilizar informações sobre os acervos. É um sistema que exige uma metodologia e que tem a possibilidade tornar informações acessíveis, “o museu é produto da ação humana, e os processos da documentação museológica permitem, a partir de uma metodologia clara, ampliar e democratizar o conhecimento ali gerado” (BOTTALLO, 2008,p.53).

As principais atividades da Documentação Museológica estão relacionadas aos procedimentos de registro, organização e manutenção da informação que diz respeito aos objetos, suas características físicas, dados administrativos, história e problemas e, em um segundo momento, o processo de interpretação da mesma. (BOTTALLO, 2008, p.52).

Maria Cândido (2006) aponta que “um museu constitui um espaço privilegiado para a produção e reprodução do conhecimento, tendo a cultura material como instrumento de trabalho” (CÂNDIDO, 2006, p.32). É preciso conhecer um museu a partir de seus bastidores, onde a maior parte das pessoas não tem acesso, são as áreas administrativas/técnicas que fazem o museu funcionar, como a reserva técnica, os laboratórios, as salas de pesquisa. A autora também afirma que as instituições museológicas geralmente têm a premissa voltada para a preservação, investigação e comunicação de bens culturais. Para ela a preservação inclui

a coleta, aquisição, o acondicionamento e a conservação desses bens; a missão de comunicar se realiza por meio das **exposições**, publicações, projetos educativos e culturais; e o exercício de investigar permeia todas as atividades de um museu, fundamentando-as cientificamente (CÂNDIDO, 2006, p.32).

Desse modo, o grande desafio do museu seria preservar o objeto juntamente com a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento (CÂNDIDO, 2006, p.32). Então os

objetos comuns e anônimos, frutos do trabalho humano e vestígios materiais do passado, correspondem às condições e circunstânciasde

produção e reprodução de determinadas sociedades ou grupos sociais (CÂNDIDO, 2006, p.32).

Dessa maneira, de acordo com Cândido (2006) é papel dos museus criar tipos de mecanismos que permitam ao usuário ter acesso às informações referentes ao acervo museológico.

Podemos afirmar que a documentação de acervos museológicos é procedimento essencial dentro de um museu, representando o conjunto de informações sobre os objetos por meio da palavra (documentação textual) e da imagem (documentação iconográfica). Trata-se, ao mesmo tempo, de um sistema de recuperação de informação capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou em agentes de transmissão de conhecimento, o que exige a aplicação de conceitos e técnicas próprios, além de algumas convenções, visando à padronização de conteúdos e linguagens. (CÂNDIDO, 2006,p.33).

Rosana Nascimento (1994) também aponta que a documentação museológica é um conjunto de técnicas para a organização da informação e apresentação de conhecimentos registrados, ou seja, toda informação referente ao acervo de um museu. A autora também destaca que a pesquisa pode ser definida como a coleta de dados do passado e que, na maioria das vezes, o processo documental é simplificado numa base de dados que é insuficiente e acessada por poucos. E afirma que muitas vezes os campos presentes nas fichas de documentação dos museus não são suficientes para alguns objetos, já que uma reserva técnica possui os mais variados objetos e muitas vezes um único tipo de ficha não é suficiente para uma documentação eficiente.

Ela aponta que, todo bem cultural está relacionado à experiência humana, sendo assim a ação documental deve conter, além do resgate de informações, um método que permita a construção e comunicação do conhecimento.

Buscar a documentação museológica para a comunicação é optar por um método que explicita as teias de relações em que o objeto está imerso, é ir além dos seus aspectos físicos, isto por que, a historicidade enquanto método, não permite a apresentação de objetos esvaziados de conteúdos, apenas compondo vitrines numa lógica hierarquizada e linear (NASCIMENTO, 1994, p.37).

Letícia Julião (2002) complementa que a pesquisa de um objeto abre espaço para a comunicação entre o público e o bem cultural. Ela atribui o uso social dos objetos à pesquisa, já que é através dela que o significado do objeto para a sociedade é evidenciado.

Já a autora Maria Célia Santos (1994) destaca a importância do papel do museu na construção do processo histórico, que a partir de 1972, na Mesa Redonda

de Santiago<sup>2</sup> no Chile levou em conta a importância da aproximação do museu com a sociedade, e a participação do cidadão. Portanto, o museólogo tem uma responsabilidade social e que a documentação, por influenciar muito em outras áreas do museu, não poderia ser somente um conjunto de técnicas “burocráticas”.

“Para que a ação documental não seja esgotada em si mesma é necessário que o técnico esteja comprometido com a cidadania e com a transformação da sociedade” (SANTOS, 1994, p.86). Logo, quem faz a documentação de um objeto deve estar comprometido com a transformação da sociedade e que uma instituição deve adaptar os campos da sua documentação para as mudanças que acontecem na sociedade.

Pensar qual a documentação mais apropriada ao novo modelo de museu e à transformação do museu tradicional, que deverá ser repensada e construída com a vida, pois o patrimônio cultural é mutável, assim como o homem e o mundo, o que significa que a coleta será sempre diversa, sempre nova, conforme um novo homem, que tem direito às informações (SANTOS, 1994,p.87).

Renata Padilha (2014) define que a documentação museológica pode ser entendida como o processo que extrai e registra informações referentes ao acervo de uma instituição. Ela está atrelada a todas as etapas do “fazer museológico” e assim, como afirma Maria Célia Santos (1994), é por meio da documentação que o museu cumpre sua função social e cultural. “No geral, o objeto precisa ser documentado de modo mais completo possível, dentro das suas múltiplas possibilidades de informação.” (PADILHA, 2014,p.36).

Nessa mesma linha de pensamento Fernanda Camargo-Moro (1986) ressalta que as ações documentais começam a ser organizadas a partir da política de aquisição e que, assim com Maria Célia Santos e Renata Padilha, acredita que a documentação museológica repercute em todas as áreas do museu.

A boa e cuidadosa documentação do acervo de um museu é um fator imprescindível para todas as atividades a que ele se propõe. Através da documentação cada objeto pertencente ao acervo é decodificado. Documentar cada uma das peças de forma completa, de maneira que sua identificação seja perfeita, não é tarefa fácil. Para isto é preciso estabelecer um sistema de documentação apropriado para o acervo do museu alvo ou conjunto de museus, baseando-se em estruturas técnicas gerais e especializadas, bem como estabelecendo uma série de convenções. Estas convenções são essenciais em todo o desempenho do trabalho, pois permitem uma padronização básica essencial [...] o ideal seria que pudéssemos contar com sistemas já prontos, uniformizados, para qualquer tipo de museu. Infelizmente, apesar dos esforços que vêm sendo realizados pela comunidade museológica mundial, não há ainda um sistema deste tipo.

---

<sup>2</sup> “A Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, é um documento que ressalta a importância e o desenvolvimento dos museus no mundo contemporâneo e sua contribuição para os planos educativos e de desenvolvimento social.” Instituto Brasileiro de Museus (2012).

O que existe são estruturas básicas gerais, itens mínimos requeridos, porém que carecem de detalhamento adequando-os à medida de cada museu. A busca de uma linguagem geral ainda é restrita às áreas básicas e, para podermos trabalhar, é necessário que usemos nossas próprias regras escritas, convenções e glossários, que nos permitam manipular a informação de forma similar dentro de um mesmo contexto” (CAMARGO-MORO, 1986, p.41).

A autora também aborda que há uma dificuldade em lidar com objetos de diferentes tipologias presentes nas reservas técnicas e conclui que “para estabelecermos um sistema de documentação seguro e profícuo para um museu, temos que adequar as normas básicas que se seguem à realidade de suas coleções” (CAMARGO-MORO, 1986,p.42)

Ana Karina Oliveira (2009) destaca que o processo de documentação em museus envolve várias etapas para a produção de informações, como registro, classificação, sistema numérico. Ela evidencia que a documentação, por muito tempo, foi vista como uma atividade secundária em museus.

Documentar uma coleção, conforme critérios museológicos de procedimentos gerais, significa armazenar todos os aspectos relacionados ao artefato enquanto conjunto ou peça única. Significa também construir registros que identifiquem, localizem e descrevam todos os passos da(s) peça(s) dentro e fora da instituição, de modo a assegurar, nessa ação, além de sua identidade, seu significado cultural (OLIVEIRA, 2009, p.14).

Desta forma, a documentação museológica armazena uma gama variada de dados, contudo, nem toda documentação feita nos museus contempla a diversidade de objetos existentes nas instituições museológicas, como é o caso da documentação museológica de acervos que possuem indumentárias além de outras tipologias de objetos.

Apesar de ter sido vista como atividade secundária por muito tempo, desde 1986 o Código de Ética Profissional do Conselho Internacional de Museus - Icom (1986) estabelece que a documentação é uma atividade essencial,

Uma importante responsabilidade profissional é assegurar que todos os itens aceitos temporária ou permanentemente pelo museu são documentados de maneira adequada e completa pelo museu, com o objetivo de facilitar a identificação de providência, estado de preservação e tratamento (ICOM, 1986, p.27).

Em 1950, foi criado o Comitê de Documentação vinculado ao Icom (Cidoc/Icom), com o objetivo de padronizar vocabulários e descrições de objetos a fim de auxiliar os museus nessa atividade. Os grupos de trabalho desse comitê priorizaram

o levantamento e análise de padrões nacionais e internacionais de informação (OLIVEIRA, 2009, p.34).

A partir dos conceitos e autores apresentados até aqui irei me sustentar na definição de que documentação museológica, como apresentam as autoras Marilúcia Bottallo (2008) e Helena Ferrez (1994), é um conjunto de informações ou um sistema que exige uma metodologia e está inserido no campo da Museologia, onde suas principais atividades incluem organização, recuperação e manutenção da informação, pesquisa e dados administrativos.

## 1.2. Indumentária

Nesse tópico, irei apresentar uma revisão bibliográfica dos conceitos e da história da indumentária. O termo indumentária pode ser entendido como um conjunto de elementos como vestimentas, adereços e calçados que são colocados sobre o corpo podendo conter diversas funções.

A autora Mary Nery (2003) afirma que a roupa e a história estão sempre ligadas, “a indumentária usada numa certa época mostra os hábitos e os costumes de seu povo” (NERY, 2003, p.9), sendo assim, destaca a importância que os estudos sobre a indumentária possuem para várias áreas do conhecimento.

Na publicação *O vestuário como princípio de leitura do mundo* (2007), Maria Nacif aponta que “o vestuário é um fato antropológico quase universal, uma vez que na maior parte das sociedades humanas antigas e contemporâneas são usadas peças de vestuário e acessórios que ornamentam o corpo humano” (NACIF, 2007, p.1). O vestuário possui várias funções que não são unicamente relacionadas à proteção corporal, ele possui um sentido simbólico.

Desde a origem, a roupa deve ter correspondido a outras funções que não à simples utilidade, particularmente no que se refere a seu papel mágico: o ser humano primitivo quis, de certa forma, prover-se de atributos que o revestissem de um poder confiscado de outras criaturas [...] (BOUCHER, 2010,p.13).

Boucher (2010) aponta que o vestir satisfazia um desejo de representação, além disso, poderia corresponder a uma vontade de manifestar poder e autoridade. “Foi até porque correspondia a uma forma de poder que o vestuário igualmente

serviu para exprimir certa riqueza: com o poder e a riqueza confundindo-se mais das vezes, passou a indicar a casta e a fortuna” (BOUCHER, 2010,p.14).

Maria Nacif (2007) afirma também que em “sociedades ocidentais modernas e contemporâneas o homem social é um homem vestido, uma vez que a nudez reconduz o homem ao seu estado natural, contra o qual a cultura se interpõe” (NACIF, 2007, p.2). Desse modo, formas de vestimenta são linguagens não verbais, mas visuais que estão atreladas a um grau de reconhecimento social,

o significado social que o traje adquire torna-se visível pela estética do vestuário e, ao mesmo tempo, revela a ligação intelectual e afetiva que se estabelece entre as roupas e seus usuários (NACIF, 2007, p.9).

Patrícia Stefani (2005) aponta que “a indumentária, muitas vezes, é reduzida à ideia simplória de vestuário. No entanto, sua linguagem é um conjunto constituído por roupas, calçados, bolsas e acessórios.” (STEFANI, 2005, p.57). Portanto, esse conjunto de peças, ao cobrir o corpo, transmite informações, em relação a esse tipo de acervo em instituições museológicas. Rita de Andrade (2016) destaca que

O corpo é um elemento importante quando tratamos de indumentária em coleções de museus e ainda é mais comum encontramos exposições que utilizam manequins como o principal suporte para trajes. A indumentária parece perder seu sentido original quando não veste um corpo (ANDRADE, 2016, p.17).

Sendo assim, “a indumentária parece ser um modo convincente de representação da história, da nação, um tipo de artefato usado como estratégia para formular essa história” (ANDRADE,2016, p.24).

A fim de elucidar ao leitor a história da indumentária e a sua importância para a história da humanidade, irei utilizar a publicação *História da indumentária* de Úrsula de Carvalho Silva (2009), na qual a autora faz um apanhado da evolução da indumentária durante vários períodos históricos.

A autora começa sua publicação apresentando a função e as mudanças da indumentária e dos modos de vestir desde a antiguidade até o século XX. É importante destacar que esta, assim como muitas publicações, foca a história da indumentária a partir de uma perspectiva eurocêntrica, não apresentando de modo mais aprofundado os contextos asiático, latino-americano ou africano.

Úrsula Silva (2009) começa sua publicação destacando que a pré-história será abordada como período anterior a 4000 a.C., e que foi onde o Homem iniciou

cobertura corporal. Foi nesse período que o homem começa a criar soluções práticas para problemas do dia a dia. Diversas interpretações são feitas para o porquê da cobertura corporal como, por exemplo, a Bíblia Sagrada que conta “que o homem inicialmente cobriu-se com folhas vegetais e posteriormente de peles de animais. A movimentação para isso, segundo a bíblia, foi o caráter de pudor [...]” (SILVA, 2009,p.3).

Outras interpretações de acordo com a autora apontam para o adorno, algo que o homem utilizava para se impor e se destacar dos demais como dentes e garras que indicavam uma diferença hierárquica entre aquelas pessoas, pois os guerreiros que possuíam tais adereços eram considerados melhores e mais corajosos. Já pelo lado da magia, o uso de certos objetos significava a aquisição de poderes fora dos normais, e por fim “no tocante à proteção, o uso de peles permitia a sobrevivência em relação às adversidades, especialmente em relação ao frio” (SILVA, 2009,p.3).

Ainda seguindo a publicação de Úrsula Silva, as roupas do homem na pré-história eram feitas de peles de animais, a pele era trabalhada para que ficasse maleável para a caça. Já que quando secas, as peles se tornavam muito duras, deu-se início a várias técnicas como o processo de mastigação das peles e a sova da pele molhada, e pôr fim a técnica mais eficiente, até então, foi a de curtimento que passou a usar ácido contido em cascas de algumas árvores tornando as peles maleáveis permanentemente, além de se tornarem impermeáveis.

Dedicando-se à prática da agricultura e pecuária, o homem fixou-se ao solo e a área têxtil ganhou um novo significado. Ainda no período pré-histórico, inicia-se a fabricação de tecidos, embora de forma artesanal e rudimentar. “Foi a partir das necessidades físicas humanas que as diferentes formas do vestuário evoluíram.” (SILVA, 2009, p.4).

Desde a antiguidade, a indumentária serviu como forma de distinção na sociedade como, por exemplo, na Mesopotâmia onde

Tanto na Assíria quanto na Babilônia, o traje típico era uma espécie de túnica com mangas curtas e justas que em muito se assemelhava ao Kalasiris egípcio. Nas camadas sociais mais baixas, este era o traje de homens e mulheres, só variando com o uso de um cinto, mesmo no período mais prospero, os escravos dos nobres continuaram usando esta túnica (SILVA, 2009, p.6).

Já a civilização egípcia antiga que se desenvolveu por volta de 3200 a.C. a 320 a.C., com clima parecido com o da Mesopotâmia e, que se destacou por desenvolvimentos nas áreas das ciências como a matemática, astrologia e medicina. Durante 3000 anos as indumentárias egípcias permaneceram praticamente sem alterações, tendo mudanças significativas com a invasão de outros povos ao seu território. Um de seus trajes característicos era o *Chantique* consistia em uma tanga masculina e o *Kalasisis*, uma túnica longa usada por homens e mulheres. Os egípcios não utilizavam fibra animal por considerar impura e por isso eram mais utilizados o linho e o algodão. Usavam também perucas contra a proliferação de pragas e sandálias de palha para o deserto.

Ainda segundo a publicação da autora Úrsula Silva, até o ano 395 d.C. podemos destacar os gregos e romanos. A indumentária grega se destacou pelos elaborados drapeados, sua peça mais característica era uma túnica usada por homens e mulheres feita a partir de um grande retângulo.

Era colocada no corpo presa sobre os ombros e embaixo dos braços, sendo uma das laterais fechada e a outra aberta, pendendo em cascata. No ombro era preso por broches (Fíbula) e alfinetes e na cintura por cintos e cordões. O linho era o tecido mais usado, seguido pela lã. Os pés estavam quase sempre descalços, mas quando havia calçados, eram as sandálias presas por tiras nos pés e pernas (SILVA, 2009, p.15).

A cultura romana, em muitos aspectos foi influenciada pela grega e isso refletiu em sua indumentária, como a presença da túnica. Para o sexo feminino, estas túnicas possuíam mangas e eram longas, e as mulheres usavam adornos como pulseiras, anéis, colares, brincos e sandálias.

Os romanos do sexo masculino vestiam-se com a túnica e por cima dela usavam outra bastante drapeada, e esta foi a peça que mais caracterizou a indumentária deste povo. A túnica usada por cima era muito volumosa, e quanto mais volume mais nítido era o pertencimento à classe mais alta da sociedade, mais prestígio tinha seu usuário (SILVA, 2009, p. 17).

Já na Idade Média, período compreendido do século V ao X (Alta Idade Média) e do século XI ao XV (Baixa Idade Média), momento marcado por forte religiosidade, “por imposição dos dogmas e moral da Igreja, o Cristianismo transformou a produção artística e a arte volta-se para a valorização do espírito” (SILVA, 2009, p.27).

Durante esse período as roupas eram diferenciadas pelas cores e pelos materiais, além do uso de braçadeiras, peitorais e couraças. No século XII, a

característica são vestimentas com padrões bicolores, a fim de identificar a qual feudo<sup>3</sup> a pessoa fazia parte. “Cada feudo era representado por símbolos e cores que se encontravam nas roupas dos nobres” (SILVA, 2009, p.27).

A grande diferença entre mais e menos favorecidos estava nos tecidos utilizados e ornamentos empregados, uma vez que os cortes eram praticamente os mesmos. A seda era nobre, mas também eram usados lã e linho. [...] Os camponeses ficavam com as discretas e sóbrias(SILVA, 2009, p.31).

Entre os séculos XI e XV, o feudalismo sofreu inúmeras transformações dentre elas o renascimento do mundo urbano, surgimento da burguesia, crescimento da Igreja Católica e a centralização política por parte dos monarcas. “Toda a trama histórica levou o sistema feudal ao seu limite, produzindo uma grave crise que desembocou na transição para o capitalismo” (SILVA, 2009,p.32).

Além de todo esse panorama, o final da Idade Média foi marcado por diversas guerras, e no século XIV a Peste Bubônica<sup>4</sup> invadiu a Europa. Esses eventos trouxeram o fortalecimento do poder real, a centralização do poder, levando a nobreza feudal ao declínio, situação que favoreceu a ascensão da burguesia.

Os nobres, especialmente da corte de Borgonha (hoje, França) começaram a mudar com frequência as linhas de seus trajes para fugirem da imitação dos burgueses. Neste momento se instituiu um ciclo de criação e cópia e a cada vez que a roupas dos nobres era copiada, surgiam idéias diferenciadas que eram colocadas em prática, fazendo surgir a moda como diferenciador social, de sexos, valorizando as individualidades e com caráter de sazonalidade (SILVA, 2009, p.35).

O movimento renascentista surgiu no século XV como reflexo das mudanças que ocorriam naquela sociedade, “neste momento há um crescimento do comércio, da indústria e da vida cultural nas cidades, por conta da ação dos mecenas, no campo das artes e da música” (SILVA, 2009, p.47). As indumentárias se tornaram mais requintadas e passaram a utilizar tecidos como sedas, veludos e cetins.

O século seguinte foi marcado pelo barroco, que surgiu como oposição da arte clássica. Esse período marcou a história da indumentária por ser um estilo expressivo com golas e punhos elaborados com renda. “As cortes europeias continuaram cada uma com suas características particulares,variando de país para

---

<sup>3</sup>Pedaço de terra concedida por um soberano para um vassalo em troca de fidelidade. Faz parte do feudalismo, sistema sociopolítico que perdurou por grande parte da Idade Média.

<sup>4</sup>Doença que se originou na Ásia e chegou na Europa através do Mar Mediterrâneo matando milhares de pessoas.

país, embora o que tenha marcado esta época tenha sido o excesso visual” (SILVA, 2009, p.51).

As mulheres passaram a utilizar sobreposições de roupas e saia mais arredondada, “o corpete era comum, deixando as cinturas finas e os tecidos, assim como nos homens, eram luxuosos e caros” (SILVA, 2009, p.52). Os homens passaram a usar botas com adorno, o uso de chapéus se tornou frequente. Essa época ficou marcada pela corte de Luís XVI, rei da França, “as mudanças e inovações dessa época eram totalmente determinadas pela casa real. Há uma valorização das formas femininas que ressalta os quadris e acentua a cintura” (SILVA, 2009, p.52).

Após o surgimento da Revolução Científica no século XVII, o Iluminismo ganhou espaço no século seguinte, período compreendido como rococó. Em relação à indumentária, o uso de perucas era constante assim como flores, corpetes e decotes. Em 1774, Luís XVI sobe ao trono francês e se casa com Maria Antonieta, que se torna um ícone feminino de excessos.

Para as mulheres, os penteados inicialmente eram baixos e também empoados, no entanto o que marcou o período foram os penteados grandes, surgidos com o passar do tempo. Eles chegaram ao extremo exagero em proporções e em adornos e eram feitos com os cabelos das próprias mulheres, que não usavam perucas, apenas enchimentos com crina de cavalo para chegarem aos exagerados volumes do período (SILVA, 2009,p.55).

A Revolução Francesa marca o fim dessa era que, em relação à indumentária, deixa de lado roupas extremamente exageradas para o uso de vestimentas mais práticas e confortáveis, inicia-se a Idade Contemporânea. No século XIX, o destaque vai para a Era Vitoriana, marcada por roupas escuras que representava o luto da rainha pela morte de seu marido, “este período marca o surgimento da Alta Costura, que veio acompanhada do início do processo de valorização do criador de moda, permitindo a almejada diferenciação da alta classe parisiense” (SILVA, 2009,p.61).

O final do século XIX foi marcado pela La Belle Époque, principalmente entre os anos de 1840 até 1914, acabando com o fim da Primeira Guerra Mundial. A indumentária feminina ficou marcada pela cobertura corporal excessiva, deixando somente as mãos e o rosto transparecendo. O traje masculino era composto de sobrecasaca e cartola, mas o terno era facilmente visto. As calças masculinas eram

retas e com vinco na frente, os cabelos eram curtos e o uso do bigode era bastante popular na época (SILVA, 2009, p.65).

O século XX foi marcado por inúmeras e rápidas mudanças, portanto Úrsula Silva (2009) o divide por décadas, como muitos outros autores. Devido à Primeira Guerra Mundial, os anos 1910 proporcionaram a libertação do corpo feminino de espartilhos e da cobertura corporal demasiada, “a presença do homem na guerra fez com que as mulheres de diversas classes sociais passassem a atuar em diversos setores antes masculinos” (SILVA, 2009, p.66). As mulheres usavam peças alongadas, retas e calças, já o vestuário masculino não sofria grandes alterações composta por calça comprida, paletó, colete e gravata.

A emancipação feminina vista na década anterior continuou nos anos 20. Neste período se destacam a androginia e o uso do preto básico, “os vestidos e saias encurtaram ainda mais para poderem dar conta dos ritmos do Charleston, do Fox trote do Jazz, chegando à altura dos joelhos” (SILVA, 2009,p.68).

Já nos anos 1930, mesmo após a crise financeira de 1929, a moda feminina foi marcada pela sofisticação e redescobrimto das curvas.

Para os homens quase não há mudanças. A formalidade manteve-se e as pequenas variações consistiam em largura de calças, dos paletós e dos colarinhos. Como complemento surge o chapéu palheta. (SILVA, 2009, p.72).

Os anos 40 começaram marcados pela Segunda Guerra Mundial e o estilo militarizado perdurou nas vestimentas femininas. Devido à escassez de materiais e mão de obra humana, a criatividade se manifestou em artifícios como o uso de turbantes, chapéus e lenços e, após a guerra, a indústria norte-americana passou a produzir roupas em grande escala, com o luxo e a sofisticação voltando. A década de 50 ficou marcada pelo renascimento da feminilidade

Os bebês nascidos no pós-guerra neste momento eram crianças e exigiam cuidados de suas mães. A mulher voltou para casa e ganhou o status de “Rainha do lar”, envolta em seus eletrodomésticos e em todas as facilidades que o mundo do consumo oferecia (SILVA, 2009, p.77).

A partir dos anos 50, a cultura juvenil se destacou, a indumentária feminina é marcada por cardigãs, saias rodadas e sapatos baixos. “Para os meninos jovens surgiu o estilo rebelde, por influência de James Dean e Marlon Brando, no cinema, e de Elvis Presley, na música” (SILVA, 2009, p.78).

Na década de 60 prevaleceu a moda unissex<sup>5</sup>, marcada por estilos variáveis da cultura jovem. Para os homens dessa década, “os ternos foram menos usados e deram espaço às jaquetas com zíper, golas altas, botas, calças mais justas e as camisas coloridas e estampadas. O homem adotou os enfeites e a informalidade finalmente falou mais alto.” (SILVA, 2009, p.81).

Nos anos 70, a moda foi influenciada pelo movimento hippie, onde o conforto e a praticidade entraram em vigor, assim como o “Glam”, visual com muito brilho e excentricidade. A década de 80 foi marcada por releituras de outras épocas “a moda tinha se tornado definitivamente internacional. A Alta-Costura francesa deixou de ser a tendência dominante” (SILVA, 2009, p.85). E por fim, os anos 1990 apresentam releituras e a variação de estilos, derivados do surgimento das tribos urbanas.

A partir do que foi apresentado até aqui acerca da histórica e dos conceitos de indumentária e vestuário, percebe-se que é um tema amplo que pode ser discutido em várias áreas e de diferentes perspectivas. Para esta pesquisa irei compreender a indumentária a partir da perspectiva de Patrícia Stefani (2005) que considera indumentária como um conjunto de elementos que são colocados sobre o corpo, incluindo roupas, adereços para a cabeça, calçados, joias e acessórios.

### **1.3 Documentação de indumentária**

Por fim, no último tópico deste capítulo irei abordar a documentação museológica de acervos que possuem indumentária. A partir da Lei 11.904/2009, mais conhecida como Estatuto de Museus, da Lei 11.906/2009, de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, foram regulamentadas várias diretrizes e regras com a finalidade de melhorar a preservação do patrimônio cultural brasileiro. O decreto tem por objetivo estabelecer uma série de procedimentos que devem ser seguidos e fiscalizados pelo Ibram. A fiscalização tem o propósito de orientar e conduzir os setores de uma instituição museológica para garantir um padrão em sua gestão.

Dentro desta perspectiva foi criado o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM)

---

<sup>5</sup> Vestuário que pode ser usado tanto pelo gênero feminino quanto pelo masculino.

Instrumento de inserção periódica de dados sobre os bens culturais musealizados que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acautelamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus (PNM). (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014.n.p.).

Pensando na documentação museológica nos museus brasileiros, o Instituto Brasileiro de Museus, publicou a normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014, que

Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. (BRASIL, 2014,p.14).

Para os bens museológicos a normativa estabelece que para identificar um bem musealizado deve existir espaços para o preenchimento de informações específicas que aqui denominaremos “campo”. Para acervos museológicos os campos para identificação são: número de registro, outros números, situação, denominação, título, autor, classificação, resumo descritivo, dimensões, material / técnica, estado de conservação, local de produção, data de produção, condições de reprodução e mídias relacionadas (BRASIL, 2014, p.14).

A partir dessa publicação, houve uma tentativa mais efetiva de normalização da documentação de bens culturais museológicos no Brasil, procurando implantar uma estrutura mais eficiente para pesquisa, registro de acervos e recuperação de informações.

Em relação à documentação museológica de indumentárias, existem poucas publicações específicas sobre o tema. Rita de Andrade (2016) aponta que

o estudo de indumentária como categoria do patrimônio é marcadamente interdisciplinar e pode associar áreas de conhecimento como museologia, conservação têxtil, história, design e antropologia (ANDRADE, 2016, p.10).

Andrade (2016) também aponta que muitos museus brasileiros têm indumentárias, alguns possuindo essa tipologia como parte principal do acervo e outros com poucas peças, contudo “não há padronização no modo como os diferentes museus classificam, descrevem e cadastram suas coleções de indumentária” (ANDRADE, 2016, p.12).

A ausência de um modelo de descrição de indumentária que possa ser utilizado pelos departamentos de documentação em museus parece ser crítica para o atual estado de inacessibilidade à informação e também à invisibilidade dos acervos no sistema atual do CNM/Ibram, que poderia ser uma plataforma nacional de acesso à informação básica sobre o conjunto de coleções de indumentária em museus brasileiros (ANDRADE, 2016, p.13).

Nessa mesma publicação, Rita Andrade destaca que apesar da dificuldade de identificar essa categoria nos museus, e, com estudos feitos com os dados categorizados pelo Ibram, concluiu que esses tipos de coleções existem em grande quantidade.

No que diz respeito à indumentária, esta pode ser inserida em quase todas essas tipologias, o que ajuda a invisibilizar este tipo de artefato em relação ao conjunto do patrimônio histórico e cultural do país e dificulta a sua localização nesse sistema, afetando a eficácia no processo de levantamento de dados num estudo baseado em artefatos. A busca através do cadastro pode ser prejudicada por uma questão anterior: não há padronização no modo como os diferentes museus classificam, descrevem e cadastram suas coleções de indumentária. O CNM é alimentado por informações autodeclaradas pelos museus, o que cria e reforça uma defasagem importante entre o que está informado no cadastro e nos meios de comunicação dos museus com o público consulente, a exemplo de sites e perfil em redes sociais, e o que efetivamente existe nas reservas técnicas dos museus. Não é possível, por exemplo, realizar busca por termos técnicos como “vestidos do século XIX” no CNM, que só poderia disponibilizar essa informação se os museus o fizessem antes (ANDRADE, 2016, p. 12).

O Comitê Internacional de Museus e Coleções de Vestuário do ICOM (Icom-costume) foi criado em 1962 com o objetivo de reunir profissionais do campo de conhecimento da Museologia e historiadores do traje.

Grupos de trabalho do Costume elaboraram, por exemplo, modelos de: thesaurus (disponível também em português), manuais de manuseio de indumentária, ética de trabalho, entre outros documentos voltados à consolidação e desenvolvimento de estudos sobre indumentária (ANDRADE, 2016, p.11).

O Comitê aponta que no processo de incorporação de um objeto de vestuário tem-se que reunir a maior quantidade de informações possíveis como, por exemplo,

nome e endereço do doador, cedente ou vendedor; relacionamento com o proprietário original; estilista / fabricante (amador ou profissional); iconografia que ilustre o objeto em uso; data de aquisição (pelo dono original), local de aquisição e preço; avaliação monetária atual; Possíveis usos da peça (ocasião); histórico do uso (ICOM, 20-,p.2).

Em relação à documentação, o Icom-costume recomenda que as informações básicas devam incluir:

número de registro; nome do catalogador e data; data do objeto; dimensões; cor; forma (formato); material; técnica (tecido plano, malha, bordado, feito à mão, feito à máquina); desenho/croqui ou fotografia (na horizontal ou montado em manequins) que demonstrem os sinais de uso, decorações e detalhes, remendos, restauros e tratamentos de conservação. (ICOM, 20-, p.3)

Anthea Bickley (2013), membro do Icom-costume, afirma que um vestuário não pode ser usado para contar uma história se não se sabe o que tem, onde está ou em qual condição. Pontua que critérios importantes para a documentação de vestuários são identificar todos os materiais, incluindo os acabamentos e aviamentos, descrever as partes principais do objeto e depois os detalhes, medir as principais partes da peça, transcrever as informações da etiqueta e o local que está inserida e, por último, registrar detalhadamente onde a peça foi usada.

Em relação ao controle terminológico a fim de unificar vocabulários para melhor recuperação da informação, o Icom-costume, em 2014, juntamente com a Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro e o Museu da Moda Brasileira – Casa da Marquesa de Santos apresentaram a publicação *Termos básicos para catalogação do vestuário*, que organiza os objetos de vestuário, acessórios, materiais e técnicas em várias classes diferentes.

Por fim, a documentação museológica de acervos de indumentária já possui algumas publicações como, por exemplo, vocabulários controlados. Mas gostaria de ressaltar que esse tipo de documentação ainda é muito recente e é espaço para muitos estudos na área do conhecimento da museologia.

## **2 - DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ONZE MUSEUS BRASILEIROS**

A partir da revisão de literatura e dos conceitos apresentados no capítulo anterior, irei prosseguir com a descrição e análise da documentação museológica de onze instituições museológicas que possuem em seu acervo peças de indumentária. Esse capítulo será dividido em *2.1 Apresentação das instituições museológicas* e *2.2 Análise da documentação museológica*.

### **2.1 Apresentação das instituições museológicas**

A escolha das instituições foi feita a partir de levantamento e pesquisa acerca dos espaços museológicos que possuem acervo de indumentária. Inicialmente, foi estabelecido o contato com os museus por e-mail e, também, através das informações disponibilizadas em meio digital. Dos onze museus que nos deram acesso à documentação, obtivemos dez fichas de catalogação que estavam preenchidas e somente uma estava em branco.

A seguir serão apresentados os históricos de cada instituição e a descrição das fichas de documentação disponibilizadas para esta pesquisa. As instituições selecionadas para esse trabalho foram: Museu Imperial (RJ), Museu da Casa da Hera (RJ), Museu Hering (SC), Museu Histórico Nacional (RJ), Instituto Zuzu Angel (RJ), Museu da República (RJ), Museu do Índio (RJ), Museu da Indumentária e da Moda (SP), Museu Abílio Barreto (MG), Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará (PA) e Museu da Baronesa (RS).

A primeira instituição analisada será o Museu Imperial, situado no município de Petrópolis/RJ. Sua história começou em 1820 quando eclodiu em Portugal uma revolução liberal que obrigou a família real a retornar para Lisboa. Em vista disso, D. João nomeou seu filho mais velho, D. Pedro de Alcântara de Bragança, como Príncipe Regente do Brasil. A corte portuguesa, com a intenção de restabelecer laços coloniais com o Brasil, pressionava Dom Pedro I para que retornasse a Portugal, mas sendo ele contrário à ideia e apoiado por parte da elite brasileira, optou por resistir a Portugal.

Em 1822, Dom Pedro I estava viajando à Vila Rica para buscar apoio da elite brasileira ao movimento de Independência, quando, no caminho, se encantou pela mata atlântica. Por gostar da região, em 1830, Dom Pedro I comprou a Fazenda do

Córrego Seco com o intuito de transformar o local no Palácio da Concórdia. Contudo, seus planos foram interrompidos, já que o imperador voltou para Portugal. Dom Pedro II, que recebeu a fazenda de herança, construiu uma casa de verão no estilo neoclássico que começou a ser construída em 1845, dando início também, à cidade de Petrópolis. Após a Proclamação da República, a família real foi banida e se exilou na Europa e, entre 1893 e 1908, a princesa Isabel, mesmo exilada e sendo a única herdeira da família imperial, alugou o palácio de Petrópolis para o Educandário NotreDame de Sion.

De 1909 até 1939, o palácio funcionou como sede do Colégio São Vicente de Paula. Alcindo de Azevedo Sodré, apaixonado por história e estudante do colégio, tinha o sonho de transformar o espaço num museu e em 29 de março de 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.096, o então presidente Getúlio Vargas criou o Museu Imperial. A partir do decreto, uma equipe técnica se responsabilizou por estudar e localizar peças pertencentes à família imperial e, em 1943, o museu foi oficialmente aberto ao público. Hoje o acervo da instituição é constituído por objetos referentes à monarquia brasileira incluindo documentos, mobiliário, indumentárias e objetos de arte.

O setor de Museologia da instituição é responsável pela guarda, preservação, estudo e divulgação dos mais de 7.800 objetos que datam entre os séculos XVIII e XIX. O sistema de documentação do museu não possui campos específicos para as diferentes tipologias de objetos que estão presentes no museu e parte do acervo da instituição está digitalizado e disponível em seu site oficial. A ficha disponibilizada pelo Museu Imperial possui os seguintes campos: nome da instituição; número de tombamento; assunto; categoria; material; época; estado de conservação; valor; dimensões e aquisição; e descrição da peça. A ficha ainda possui uma foto do objeto anexada e a data em que a catalogação foi feita.

A segunda instituição que teve sua documentação analisada foi o Museu Casa da Hera, que também é conhecido como “Chácara da Hera”. É considerado um museu-casa, situado no estado do Rio de Janeiro, no município de Vassouras. A casa pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite (1812-1872), um importante comissário de café da região que morava com sua esposa Ana Esméria Pontes França, e a data de construção da casa não é precisa, mas pode ser situada na primeira metade do século XIX.

A última proprietária da casa foi Eufrásia Teixeira Leite, filha do casal, que após seu falecimento, deixou a maior parte de seus bens como herança para entidades filantrópicas da cidade de Vassouras. Atualmente, o museu é administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e seu acervo consiste em peças ligadas à história da família Teixeira Leite, possuindo mobiliário, porcelanas, prataria, obras de arte, lustres e uma vasta coleção de indumentárias com trajes do século XIX e XX, muitos de moda francesa correspondente ao padrão da época.

A ficha de documentação da Casa da Hera possui os seguintes campos: tombo; outros números de tombo; thesaurus; local; autor/fabricante; origem; época; categoria; espécie; data; objeto; título; descrição; etiqueta; técnica; materiais; partes integrantes – continuação da descrição; medidas (altura, largura e profundidade); medidas parte inferior; medidas parte superior; conservação (espaço para descrição e espaço para múltipla escolha para as categorias: muito bom, bom, razoável, ruim, péssimo, recuperável); observação; modo de aquisição; dados; fontes e fotografia.

O próximo museu a ser apresentado é o Museu Histórico Nacional, ele está localizado no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e foi criado em 1922, pelo então presidente Epitácio Pessoa para a comemoração do Centenário da Independência do Brasil. A área total do museu é de 9.000 m<sup>2</sup>, possui galerias de exposições temporárias e de longa duração e uma biblioteca. Seu acervo possui cerca de 258 mil itens voltadas para a história do Brasil, divididos em setores museológico, arquivístico e bibliográfico.

O acervo museológico possui cerca de 170 mil objetos que datam desde o período da antiguidade até os dias de hoje, dentre os quais encontramos objetos de numismática, pinturas, esculturas, joalheria, armaria, cestaria e têxteis. Seu primeiro diretor foi Gustavo Barroso, responsável pela criação do primeiro curso de museologia no Brasil em 1932.

O sistema de documentação do museu não possui campos específicos para indumentárias e têxteis, a ficha disponibilizada para esta pesquisa está preenchida a mão e possui os seguintes campos: número de registro; número de patrimônio; objeto; altura; largura; comprimento; diâmetro; espessura; calibre; peso; país (de uso); número de classe; números antigos de registro; autor; assinatura; título; local/editora/fábrica; data; edição/número de série; material/técnica/suporte;

descrição sumária; estado de conservação (múltipla escolha: excelente, muito bom, bom, regular, ruim, péssimo, inútil); aquisição; número processo; compra; permuta; doação; legado; transferência; valor; localização; inscrição; foto; negativo; número da ficha de restauro; termos de indexação; observações; registrado por; data de registro.

O Instituto Zuzu Angel de Mda é o quarto museu apresentado nesse capítulo. Localizado na cidade do Rio de Janeiro tem como missão preservar a memória da estilista Zuzu Angel. Foi fundado em 1993, por sua filha Hildegard e é uma entidade sem fins lucrativos. Zuleika de Souza Netto, conhecida como Zuzu Angel, nasceu em 1921 em Curvelo (Minas Gerais), e foi uma estilista brasileira, mãe da jornalista Hildegard Angel e do militante político Stuart Angel Jones.

Zuzu Angel ficou mundialmente conhecida por ser uma estilista de moda inovadora e pela procura de seu filho que foi torturado e morto durante a ditadura civil-militar brasileira. Em 1976, ela morreu num acidente de carro na Estrada da Gávea no Rio de Janeiro. Além de preservar a memória da estilista, o instituto tem como objetivo prestigiar a produção cultural brasileira através da moda, preservando acervos de moda que representem o Brasil, realizando exposições, desfiles e cursos de especialização em moda.

O Instituto Zuzu Angel possui todo seu acervo digitalizado e disponível em seu site oficial, sendo o acervo dividido entre documental e vestuário/têxtil. Todas as fichas de documentação possuem duas fotos e o recurso de “visão 360°” que permite analisar a indumentária de vários ângulos. A ficha possui dezessete campos além das fotografias. São eles: título; número de registro (que é composto por números e letras); tipo de acervo; classe; denominação; autoria; coleção; data de produção; local de produção; histórico da peça; dimensões; técnica; material; descrição da peça; eventos associados; peças complementares e descrição de peças complementares.

A quinta instituição pesquisada foi o Museu do Índio<sup>6</sup>, pertencente à Fundação Nacional do Índio – Funai. O Museu foi criado em 1953 pelo Serviço de Proteção aos Índios e possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro, num casarão do século

---

<sup>6</sup> Este museu foi escolhido para estar nesta pesquisa já que, de acordo com a divisão da própria instituição, seu acervo possui “Cordões e Tecidos”, “Adornos Plumários” e “Adorno de Materiais Ecléticos, Indumentária e Toucador”.

XIX. É uma instituição que pesquisa e salvaguarda línguas e culturas indígenas, e seu acervo possui cerca de 17 mil objetos etnográficos, 15 mil publicações nacionais e estrangeiras, relacionadas à etnologia, além de 833.221 registros textuais, 163.553 fotos, 599 filmes e vídeos, 1.295 áudios e 771 horas gravadas. O museu tem como objetivo conservar, pesquisar, documentar e comunicar as informações referentes ao seu acervo, sendo hoje referência para pesquisadores na questão indígena, contribuindo para avanços no campo de museus etnográficos brasileiros.

O Museu do Índio possui todo seu acervo digitalizado e disponível através da plataforma Tainacan, e a ficha de documentação do museu possui os seguintes campos: fotografias; coleção; número do item; nome do item; nome do objeto segundo o dicionário; povo; outros nomes do povo; língua; estado de origem; país de origem; data de entrada; data de confecção do item; descrição; matéria-prima; técnica de confecção; dimensões; estado de conservação; modo de aquisição; responsável pela guarda; instituição detentora; observação sobre o item; descritor temático; referência bibliográfica; disponibilidade do objeto; número de peças; nome do povo usado no cadastro do item e data padronizada.

Outro museu analisado foi o Museu da Indumentária e da Moda – MiMo, um museu virtual que surgiu na cidade de São Paulo a partir de um estudo nas áreas de Moda, Design, História, Antropologia e Museologia. Entre 2011 e 2013, a professora Márcia Merlo começou a desenvolver esse projeto se inspirando no Museu Virtual da Moda, um grupo de pesquisa que foi aberto em 1999 e fechado em 2010. A partir de 2014, o MiMo se tornou um grupo de pesquisa do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do Ibram, e hoje o MiMo trabalha no desenvolvimento de metodologias de digitalização e catalogação de seu patrimônio.

O museu tem como objetivo investigar modos de vestir e de viver além de desvendar significados do vestuário. Seu acervo é digital e composto por fotografias, cartas, postais, imagens publicitárias, revistas, catálogos, projetos e criações de moda. Hoje a equipe do MiMo trabalha, também, no desenvolvimento de metodologias de digitalização e catalogação de seu patrimônio.

A ficha de catalogação disponibilizada no site do MiMo possui os seguintes campos: fotografia; título; dimensões; data; procedência; material; técnica; categoria; local de origem; descrição; proprietário/empresa; estado de conservação (múltipla

escolha com categorias de bom, regular, ruim, fungos, marcas amareladas, sujidade, defeitos, aviamentos e oxidação); informações; registro fotográfico (nome); responsável pelo preenchimento da ficha e data de preenchimento.

A sétima instituição pesquisada foi o Museu Histórico Abílio Barreto localizado na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, e que foi inaugurado em 1943 com o nome de Museu da Cidade. O espaço conta com o Casarão da Fazenda Velha do Córrego do Leitão, construído em 1883. Em 1967, seu nome foi alterado para Museu Histórico Abílio Barreto como homenagem ao seu idealizador e organizador, conferida pelo então prefeito, Juscelino Kubitschek.

O museu passou por um processo de revitalização em 1993, transformando-se em um espaço de pesquisa, educação e patrimônio para os habitantes da cidade. Em 1998, o novo edifício-sede foi inaugurado, com reservas técnicas especializadas, além de um jardim. O acervo do museu é diverso e inclui fotografias, livros, obras de arte e cerca de 60 peças de indumentária.

Atualmente, todo acervo tridimensional do museu possui uma única ficha de documentação. No entanto, a equipe do museu está revisando alguns aspectos referentes ao acervo, incluindo a documentação museológica e, devido às especificidades, o acervo artístico e de indumentária irão receber fichas de documentação com campos específicos.

Hoje, as fichas de documentação possuem os seguintes campos: coleção; número de tombo; número de inventário anterior; nome; classificação; título; data; data da atribuição; autoria; material e técnica; origem; procedência; modo de aquisição; data de aquisição; marcas e inscrições; estado de conservação (múltipla escolha: ótimo, bom, regular, péssimo); dimensões (altura, comprimento, largura, diâmetro, profundidade, peso); descrição do objeto; dados históricos; características iconográficas; características técnicas; conservação do objeto (diagnóstico, intervenções anteriores, recomendações); históricos de exposições; histórico de publicações; referências bibliográficas; fontes adicionais; avaliação para seguro; observações; localização; reprodução fotográfica (controle, responsável pela reprodução/data); dados de preenchimento (preenchimento/data; revisão/data; digitação/data) e anexo.

O Museu Municipal Parque da Baronesa foi outro museu analisado neste trabalho, ele foi inaugurado em 1982 e está localizado no município de Pelotas no Rio Grande do Sul, na antiga Chácara dos Barões de Três Serros, construído no apogeu das charqueadas em 1863. A chácara pertenceu ao pecuarista e charqueador pelotense Annibal Antunes Maciel Júnior e sua esposa Amélia de Brito Hartley, os Barões dos Três Serros, título conferido pelo imperador Dom Pedro II.

Em 1979, após três gerações habitarem a chácara, a área passou a pertencer à cidade de Pelotas. Hoje, a área possui duas casas: a antiga residência que se tornou o Museu Municipal Parque da Baronesa, e um sobrado no estilo bangalô americano, de 1935. O acervo apresenta costumes da sociedade de Pelotas do século XIX até os anos 30, e é formado por mobiliário, obras de estatuária sacra, leques, porcelanas, pratarias e têxteis. As coleções que mais se destacam no acervo são do artista plástico Adail Bento Costa e à família Antunes Maciel.

A ficha de documentação do Museu da Baronesa possui os seguintes campos: número do inventário; nome do objeto; coleção/doador; modo de aquisição; data da aquisição; origem; objetos relacionados; classe/categoria; número antigo; estado de conservação; localização; material; comprimento; largura; altura; espessura; profundidade; diâmetro; histórico da peça; descrição; histórico de exposição; recomendações/intervenções anteriores; marcas/inscrições; bibliografia; referências bibliográficas; observações; preenchida por e revisado por. Não há o anexo de fotografias na ficha.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB, também analisado nesse trabalho, foi fundado em 1838 com o objetivo de preservar a cultura nacional recolhendo, organizando e estimulando estudos de ciências sociais, geografia e história. O acervo do museu é resultante de expedições, legados e doações, sendo um acervo de tipologia diversa que inclui fragmentos humanos, minerais e animais, ruínas de monumentos, máscaras mortuárias, obras de arte, indumentárias e documentos. A ficha do IHGB está disponibilizada no site oficial do museu e não há informações sobre a quantidade total de peças do acervo de indumentária. A ficha contém os campos: termo; tema; localização; material; técnica; descrição e setor.

O décimo museu pesquisado é o Museu Hering, cuja história começa com uma família nascida na Alemanha que se mudou para a cidade de Blumenau, no sul

do Brasil. Os irmãos Hermann e Bruno, em 1889, abriram uma fábrica de têxteis no Vale do Bom Retiro. Hoje a Cia. Hering é uma das maiores empresas têxteis da América Latina.

O Museu Hering começou a ser idealizado em 1980 por Ingo Hering e, em 2010, o museu abriu as portas ocupando uma edificação histórica do século XIX da Cia. Hering em Blumenau/SC. Seu acervo é constituído por fotografias, equipamentos, documentos, peças publicitárias e indumentárias que contam a história da família Hering e da evolução da indústria têxtil em Santa Catarina.

A ficha de documentação disponibilizada pelo museu é de uma camiseta e possui os seguintes campos: título; complemento do título; data de publicação, distribuição etc.; data(s); demissões e suporte; nome(s) do(s) produtor(s); história administrativa/biografia; história arquivística; procedência; âmbito e conteúdo; avaliação, eliminação e temporalidade; Idioma (referente às condições de acesso e uso do objeto); características físicas e requisitos técnicos (também referente às condições de acesso e uso do objeto); notas sobre conservação; nota do arquivista; data(s) da(s) descrição (ões); termo tópico; vínculo (referente a arquivos eletrônicos, a ficha possui dois links de arquivos para fotos do objeto); número do documento; exemplar; tipo do documento e estrutura hierárquica.

O último museu analisado nesse trabalho foi o Museu da República, cuja história começou com a construção do Palácio Nova Friburgo no Rio de Janeiro pelo fazendeiro Antônio Clemente Pinto, detentor do título de Barão de Nova Friburgo. Com a Proclamação da República em 1889, o prédio foi vendido à Companhia do Grande Hotel Internacional. Em 1896, o palácio foi adquirido pelo Governo Federal com o objetivo de se tornar sede da Presidência da República e, somente em 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek e com a transferência da capital do país para Brasília, que o palácio se tornou o Museu da República. Seu acervo é formado por fotos, documentos, objetos, têxteis, mobiliários e obras de arte.

A ficha do sistema de documentação disponibilizada pelo museu é de um vestido e possui os seguintes campos: número de referência; número de inventário; coleção; objeto; classe; sub-classe; classificação; título; descrição; número de inventário; objeto; ver também coleções; dimensões; marcas; histórico; materiais/técnicas; autores/fabricantes; referenciados; data; locais; país de origem;

locais referência; procedência; aquisição; números antigos; guarda atual; localização; detalhes localização; intervenções; estado de conservação; exposições; observações; bibliografia; imagens/sons; técnico; data técnica; digitador; data da digitação; assuntos (Pessoas Físicas/Entidades Coletivas); assuntos (Locais) e assuntos(Termos).

## **2.2 Análise da documentação museológica**

A partir das fichas catalográficas apresentadas dos museus selecionados, construímos vários quadros, a fim de compreender quais campos/informações são comuns e quais divergem em relação à documentação dos acervos de indumentária.

Optei por analisar as fichas das onze instituições em conjunto com o intuito de examinar melhor como os campos são preenchidos, quais se repetem e se alguma instituição atribui algum campo específico para acervos de indumentária. Tendo em mente que, na maioria das vezes, os museus possuem somente um tipo de ficha de documentação para todo seu acervo. Mais adiante, irei analisar como os campos foram preenchidos e/ou adaptados para acervos de indumentária.

Primeiro, gostaria de esclarecer ao leitor que, a partir da listagem dos campos presentes em cada uma das onze fichas, feita na primeira parte deste capítulo, optei por dividir e agrupar os campos em onze quadros diferentes, sendo elas: Campos específicos de cada museu, Identificação do objeto (Campos Genéricos necessários);Informações Técnicas (Campos Genéricos necessários); Fotografia e Hiperlink; Medidas (Campos Genéricos necessários);Conservação do Objeto; Pesquisa e Aquisição; Descrição do Objeto e Informações Específicas para Indumentária.

Para construir os quadros, primeiro foram agrupados uma enorme quantidade de campos, que foram denominados Campos Genéricos Necessários. Esse grupo conteria campos que as fichas de documentação geralmente possuem e são necessários para a documentação museológica de todo tipo de acervo. Para permitir uma análise mais profunda, decidi dividir esse grande grupo (Campos Genéricos Necessários) em três quadros diferentes, que são: Identificação do Objeto (quadro 2), Informações Técnicas (quadro 3) e Medidas (quadro 5).

No quadro 2 **Identificação do objeto** ficaram os campos que se referiam à forma ou tipo do objeto, onde e quando ele foi feito, além da sua denominação particular, que pode ser dada pelo autor ou proprietário. O quadro 3 **Informações técnicas** se refere aos campos que possuem informações referentes ao que compõe o objeto e como ele foi feito, além de marcas ou inscrições que o identifiquem.

E, por fim, o quadro 5 **Medidas** que claramente apresenta os campos que se referem às dimensões dos objetos. Preferi estabelecer uma coluna somente para esses campos já que o tipo de acervo pesquisado é indumentária e, ao longo da pesquisa, foi observado que para essa tipologia de acervo as medidas das peças precisam ser feitas de forma mais específica.

Saindo dessa grande gama de campos genéricos partimos para o quadro 1 de **Campos Específicos de Cada Museu**, no qual foram colocados campos que são essenciais para a realidade de cada instituição. Como cada museu possui uma existência única, é necessário que este crie na sua ficha e no seu sistema de documentação campos que sirvam para o seu funcionamento interno, o que gera uma diversidade de campos. Desse modo, esses campos terão uma coluna para não influenciar na análise referente ao restante do quadro.

O quadro 4 foi denominado **Fotografia e Hiperlinks**, nele foram agrupados os campos que se referem a anexos de fotografias ou links que estão na ficha de documentação e levam a outros documentos ou imagens. O quadro 6 **Conservação do objeto** reuniu campos que trazem informações sobre o estado em que o objeto se encontra, este grupo poderá conter campos mais detalhados ou de múltipla escolha.

Já o quadro 7 **Pesquisa e Aquisição** agrupou os campos que trazem informações de como o objeto chegou até a instituição e pesquisas que relatem como foi a “vida” dentro do museu e/ou até chegar nele. O penúltimo quadro que compõe este capítulo é o 8 de **Descrição**, o qual é composto por campos que apresentam a descrição museológica do objeto. Por fim, o último quadro foi criado para possibilitar a análise de campos que são exclusivos para a tipologia de acervo de indumentária e foi denominado quadro 9 **Informações Específicas para Indumentária**.

Antes de começar a análise, gostaria de salientar alguns pontos, primeiramente, ressalto que, na maioria das vezes, irei analisar os campos de forma geral e depois de forma mais específica. Também ressalto que o que está entre parênteses em itálico e negrito (***exemplo***) se refere a informações que estão na ficha, como um complemento do campo citado, e o que está entre colchetes e sublinhado [exemplo] são informações que optei por adicionar quando achei necessário para que o leitor entendesse melhor o que é o campo que estava sendo adicionado na tabela.

### Quadro 1 - Campos específicos de cada museu

Museu Casa da Hera	MCH; Espécie; Tombo; Outros; N <sup>o</sup> s de toambo.
Museu Hering	Avaliação, eliminação e temporalidade; Número do documento; Exemplar; Tipo do documento; Estrutura hierárquica; Idioma; Nota do arquivista; Data(s) da(s) descrição (ões).
Museu Histórico Nacional	Ed. N <sup>o</sup> de série; N <sup>o</sup> de classe; Espessura; Calibre; Registrado por;; Data [ <u>quando a ficha foi feita</u> ]; Número de registro; Número de patrimônio; Localização; N <sup>o</sup> antigos de registro; Assinatura.
Museu Imperial	Data [ <u>de confecção da ficha</u> ]; Assinatura.
ZuzuAngel	Número de registro
Museu da República	N <sup>o</sup> de referência; N <sup>o</sup> inventário; Localização; Detalhes localização; Classificação [ <u>numeração</u> ]; Referenciados; Técnico; Data técnica; Digitador; Data da digitação; N <sup>o</sup> antigo.
Museu da Indumentária e da Moda	Responsável pelo preenchimento da ficha; Data [ <u>de confecção da ficha</u> ].
Museu Abílio Barreto	Número de toambo; Número de inventário anterior; Localizações; Dados de preenchimento ( <b>preenchimento/data</b> ; <b>revisão/data</b> ; <b>digitação/data</b> ); Fontes adicionais [ <u>localização da ficha na instituição</u> ].
Museu da Baronesa	Número antigo; Revisado por; Preenchida por; Localização; Número de inventário.

Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará	Localização.
Museu do Índio	Disponibilidade do objeto; Nome do povo usado no cadastro do item; Número do item; Língua; Nome do item de acordo com o dicionário; Função.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Primeiro, gostaria de olhar mais atentamente para o **Quadro 1 - Campos específicos de cada museu**. Aqui podemos observar que cada instituição possui muitas singularidades em relação aos campos presentes em suas fichas de catalogação. De forma geral, gostaria de destacar três pontos observados: o primeiro é que em relação aos campos que se referem ao registro/tombo do objeto, seja o número atual utilizado no museu ou um número antigo que o objeto tenha, quase todos os museus apresentam campos com essas informações, são eles: Museu do Índio, Baronesa, República, ZuzuAngel, Histórico Nacional e Casa da Hera.

Um segundo ponto importante para ser destacado é que os museus Hering, Histórico Nacional, Imperial, República, MiMo e Barreto apresentam campos que trazem informações acerca de quem preencheu a ficha e quando ela foi feita ou atualizada. E por fim, em relação à localização do objeto na instituição, os museus que apresentam essas informações são: República, Histórico Nacional, Abílio Barreto e Instituto Histórico Geográfico do Pará.

Agora, de forma mais específica, gostaria de destacar seis museus. O primeiro é o Museu Casa da Hera que, por não ter fornecido a ficha preenchida, dificultou a compreensão de dois campos sendo eles “MCH” e “Espécie”, e por isso, estes foram colocados neste primeiro quadro. A segunda instituição é o Museu Hering, cuja ficha particularmente apresenta campos muitos específicos pelo fato de que ela foi preenchida e construída por uma perspectiva da área de conhecimento da Arquivologia. Essa ficha possui campos como avaliação, eliminação e temporalidade, número do documento, exemplar, tipo do documento, estrutura hierárquica e idioma. Observando os preenchimentos desses campos pude observar

que, para acervos de indumentária ou acervos museológicos em geral, eles podem não ser tão necessários, mas para a realidade dessa instituição podem se encaixar.

Também optei por colocar um campo do museu Abílio Barreto denominado “Fontes adicionais”, o qual é preenchido com a informação de onde a ficha de catalogação está localizada dentro da instituição. A seguir foram colocados campos do Museu Histórico Nacional que não se encaixam para a documentação museológica de indumentária, mas que são úteis para a instituição já que esta possui um acervo muito variado de livros, armas etc. Os campos são: ed., nº de série, nº de classe, espessura e calibre.

O quinto museu que gostaria de acentuar é o Museu da República que, apesar de ter apresentado uma ficha preenchida, possui dois campos que são de difícil compreensão, que são os “nº de referência” e “referenciados”. Na ficha, o campo “nº de referência” está preenchido com um número e o campo “referenciados” está preenchido com “não identificado”, por isso escolhi colocá-los nesta coluna.

O último museu que possui maiores especificidades é o Museu do Índio. Este, por possuir uma ficha que, por conta do acervo que o compõe, necessita de alguns campos como função, que “explica” o que seria o objeto e para que ele serve, além de campos como: língua, nome do item de acordo com o dicionário, nome do povo usado no cadastro do item. Esses campos se referem às informações de onde aquele objeto veio, com o objetivo de ajudar na recuperação de informações acerca da peça.

**Quadro 2** - Identificação do Objeto (Campos Genéricos necessários)

Museu Casa da Hera	Thesaurus; Local; Origem; Época; Data; Autor/fabricante; Objeto.
Museu Hering	Data da publicação, distribuição, etc.; Data; Nome(s) do(s) Produtor(es); Título; Complemento do título; Título [ <u>campo repetido</u> ]; Termo tópico [ <u>funciona como identificação do objeto</u> ]; Relacionamento Pai.
Museu Histórico Nacional	Data; Autor; Título; Objeto; País (de uso); Local/editora/fábrica.
Museu Imperial	Época; Vestido [ <u>identificação do objeto</u> ]; Categoria.
ZuzuAngel	Autoria; Data de produção; Local de produção; Tipo de acervo; Classe; Denominação; Título.
Museu da República	Datas; Autores/fabricantes; Locais; País de origem; Locais ref.; Objeto; Classe; Sub-classe; Assuntos (termo); Título.
Museu da Indumentária e da Moda	Data; Local de origem; Título; Categoria.
Museu Abílio Barreto	Data; Data de atribuição; Autoria; Origem; Nome; Classificação; Título.
Museu da Baronesa	Origem; Objetos relacionados; Nome do objeto; Classe/categoria.
Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará	Termo; Tema.
Museu do Índio	Data de confecção do item; Povo; Outros nomes do povo; País de origem; Estado de origem; Localização geográfica específica; Categoria [ <u>Divisão que aparece na home do acervo</u> ].

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Antes de iniciar a próxima análise, gostaria de lembrar que o segundo e terceiro quadro são os Campos Genéricos Necessários, ou seja, campos que, teoricamente, a maioria dos museus usam por serem campos básicos para todo tipo de acervo.

De modo geral, o **Quadro 2 - Identificação do objeto** (campos genéricos necessários) apresenta quatro pontos que se destacaram. O primeiro seria em relação à identificação do objeto, o que ele é se referindo a sua forma ou tipo. Todas as instituições apresentam campos para esse tipo de informação se referindo ao tipo de acervo aqui estudado como “indumentária”, “roupas”, “têxtil”, “moda” ou “vestuário”, contudo, gostaria de destacar que para alguns museus, no caso, o Instituto Zuzu Angel, por possuir um acervo composto basicamente por indumentária, necessita de mais campos que possam especificar mais o objeto, são os campos: classe e denominação que particularizam ainda mais o tipo do objeto que está sendo documentado.

Continuando o exame do **Quadro 2 - Identificação do objeto**, destacam-se os campos em relação à origem do objeto, somente três instituições não possuem campos para tais informações, são elas o Museu Hering, Imperial e Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará. Sobre a data de confecção do objeto, somente o Instituto Histórico Geográfico do Pará não possui campo referente.

Sobre o título do objeto, o campo que se refere à outra nomeação do objeto geralmente feita pelo autor, somente o Museu Casa da Hera e o Museu do Índio não possuem um campo referente. Acerca das informações desse campo enfatizo que o ZuzuAngel, por possuir um acervo específico, é o que mais preenche esse campo com informações precisas (exemplo: “Vestido protesto político [anjo bordado em paetês]”<sup>7</sup>). Por fim, sobre campos que se referem ao fabricante ou ao autor do objeto, os museus Imperial, da Baronesa, Instituto Histórico Geográfico do Pará e MiMo não trazem informações em suas respectivas fichas.

---

<sup>7</sup> Informação retirada da ficha de documentação. Disponível no site: <http://www.zuzuangel.com.br/vestuario/vestido-protesto-politico-anjo-bordado-em-paetes>.

**Quadro 3 - Informações Técnicas (Campos Genéricos necessários)**

Museu Casa da Hera	Técnica; Materiais.
Museu Hering	Características Físicas e requisitos técnicos.
Museu Histórico Nacional	Material/técnica/suporte; Inscrição; Valor; Peso.
Museu Imperial	Material; Valor.
ZuzuAngel	Técnica; Material; Coleção.
Museu da República	Marcas; Materiais/técnicas; Coleção.
Museu da Indumentária e da Moda	Material; Técnica.
Museu Abílio Barreto	Material e técnica; Características técnicas; Marcas e inscrições; Coleção.
Museu da Baronesa	Material; Marcas/ inscrições.
Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará	Material; Técnica.
Museu do Índio	Matéria-prima; Técnica de confecção.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O **Quadro 3 - Informações técnicas (Campos Genéricos Necessários)** é um dos mais interessantes de se observar já que acervos de indumentária possuem uma gama variada de possibilidades em relação aos preenchimentos de campos que estão presentes aqui e que, em sua maioria, estão relacionados ao material e a técnica do objeto, todos os museus apresentam tais campos e por isso gostaria de analisar como cada um preenche estes espaços.

O Museu Casa da Hera e o Museu da Baronesa não disponibilizaram uma ficha preenchida, portanto não será possível observar como os museus costumam preencher tais campos em relação ao acervo de indumentária. Além desses, o Museu Hering possui o campo “Características Físicas e requisitos técnicos”, que acredito ser um espaço para preencher com informações referentes ao material e a técnica empregada no objeto, contudo, na ficha, esse campo está preenchido como “Item completo”.

Além dessas três instituições, é possível observar as outras sete restantes. O Museu Histórico Nacional traz o campo material/técnica/suporte e, apesar de não apresentar o tipo de técnica utilizada, preenche-o não somente com o termo genérico “tecido”, mas com a especificidade de todos os tipos de tecidos que compõe a peça, (exemplo: “renda, filó, cetim de seda”). O Museu Imperial tem em sua ficha somente o campo “material” e também o preenche detalhando os tipos de tecidos presentes na peça.

O Museu da República traz o campo “Materiais/técnicas”, entretanto, sua ficha apresenta somente os materiais que compõe o objeto. Já o Museu Abílio Barreto, que também traz o campo em conjunto “Material e técnica”, preenche as duas informações dividindo-as por uma barra ( / ), além de apresentar o campo “características técnicas”, o qual é preenchido de modo mais detalhado do que se compõe o objeto. As duas instituições Museu do Índio e o Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará trazem em suas fichas esses campos separados e os preenchem de forma também detalhada.

Dentre as fichas analisadas, duas instituições se sobressaem nesses tipos de campos. Primeiro o Instituto Zuzu Angel, que, como dito anteriormente, por possuir um acervo composto basicamente por indumentárias trazem sua ficha e no sistema de documentação um maior detalhamento para as peças (exemplo: “Técnica: Bordado à mão, Costura à mão, Costura à máquina; Material: Algodão, Paetê, Gorgorão”<sup>8</sup>). A outra instituição que se destaca é o Museu da Indumentária e da Moda, sua ficha também é preenchida de modo que engloba as necessidades que

---

<sup>8</sup>Informação retirada da ficha de documentação. Disponível no site: <http://www.zuzuangel.com.br/vestuario/vestido-protesto-politico-anjo-bordado-em-paetes>.

uma indumentária exige (exemplo: “Material: Jeans; cordão decorado; medalhas douradas de 1 cm de diâmetro; canutilho; cordão de bolas.”<sup>9</sup>).

E, finalmente, saindo um pouco da temática material e técnica, mas continuando nas informações técnicas do objeto, alguns museus ainda apresentam o campo “coleções”, são eles o Museu da República, Abílio Barreto e Instituto Zuzu Angel. São apresentados também campos que se referem ao valor do objeto, no caso os museus Imperial e Histórico Nacional, este último ainda tem em sua ficha campos para informações referentes ao peso (apesar de não preencher esse campo para a documentação da peça de indumentária), além do campo referente às “inscrições e marcas”, campo que também aparece nas fichas do Museu da República, Abílio Barreto e da Baronesa.

#### Quadro 4 - Fotografia e Hiperlink

Museu Casa da Hera	Fotografia [anexo].
Museu Hering	Vínculo [hiperlink].
Museu Histórico Nacional	Foto [anexo]; Negativo [anexo]; Nº da ficha de restauro [hiperlink].
Museu Imperial	Fotografia [anexo].
ZuzuAngel	Fotografia [hiperlink].
Museu da República	Imagens/som [hiperlink].
Museu da Indumentária e da Moda	Fotografia [anexo]; Registro fotográfico.
Museu Abílio Barreto	Reprodução fotográfica ( <b>controle; responsável pela reprodução/data</b> ); Anexo [negativo de fotografia].
Museu do Índio	Fotografias [hiperlink]; Miniatura [fotografia].

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

<sup>9</sup> Informação retirada da ficha disponibilizada para esta pesquisa.

O **Quadro 4** denominado **Fotografias e Hiperlink**, como dito anteriormente, mostra os campos referentes ao anexo de fotos e hiperlinks na documentação. Mais adiante irei analisar como são as fotos anexadas às fichas. Por não disponibilizar a ficha preenchida e não fornecer nenhum campo específico, não é possível afirmar se o Museu da Baronesa e o Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará inserem ou não fotografias em sua ficha. Já o museu Casa da Hera, apesar de não ter a ficha preenchida, possui um campo específico para fotografias, o que leva a acreditar que a instituição anexa fotos ao realizar a documentação; o mesmo acontece com o Museu Histórico Nacional onde sua ficha possui o campo, mas não a fotografia anexada.

Agora, partindo para os museus com fichas preenchidas, pode-se observar que o Museu Imperial, o Museu Abílio Barreto e o MiMo apresentam o campo referente à fotografia e as tem anexadas em suas respectivas fichas. Foi importante observar que somente o MiMo possui duas fotos anexadas, uma da peça inteira e outra evidenciando detalhes, os outros dois museus possuem somente uma fotografia, da parte da frente da peça. Ainda relacionado a essas informações, somente o MiMo e o Abílio Barreto possuem campos que informam sobre quando e quem fez o registro da fotografia presente na ficha.

Em relação a Hiperlinks, os museus da República, Hering, Índio e Instituto Zuzu Angel possuem essa tipologia de campo. O primeiro museu aqui citado possui o campo Imagens/som, mas não disponibilizam o link para ter acesso às fotografias. Já o Museu Hering disponibiliza dois links: o primeiro traz uma fotografia da peça por inteiro e outro link que mostra detalhes da etiqueta do objeto.

As fichas mais interessantes de se observar em relação às fotografias dos objetos foram do Museu do Índio e o Zuzu Angel. Primeiro o Museu do Índio porque a plataforma Tainacan possibilita o ingresso de várias fotografias na ficha, portanto os objetos possuem fotografias de vários ângulos diferentes, incluindo muitos detalhes e o Instituto Zuzu Angel porque possui a ferramenta 360° em sua plataforma, esta que disponibiliza a visão de, literalmente, todos os ângulos da peça. Outro tipo de hiperlink que apareceu foi o de ficha de restauro, no Museu Histórico Nacional.

**Quadro 5 - Medidas (Campos Genéricos necessários)**

Museu Casa da Hera	Medidas ( <b>altura, largura, profundidade</b> ).
Museu Hering	Dimensão e suporte.
Museu Histórico Nacional	Altura; Largura; Comprimento; Diâmetro.
Museu Imperial	Dimensões.
ZuzuAngel	Dimensões.
Museu da República	Dimensões ( <b>altura, largura, circunferência</b> ).
Museu da Indumentária e da Moda	Dimensões.
Museu Abílio Barreto	Dimensões ( <b>altura; comprimento; largura; diâmetro; profundidade; peso</b> ).
Museu da Baronesa	Cumprimento; Largura; Altura; Espessura; Profundidade; Diâmetro.
Museu do Índio	Dimensões ( <b>altura; largura; comprimento</b> ).

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A seguir gostaria de chamar a atenção para o **Quadro 5 - Medidas**, neste, somente o Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará não possui campo referente. Como todas as instituições possuem este campo, tentarei observar como cada uma o preenche. Importante lembrar que o Museu Casa da Hera e da Baronesa não tem suas fichas preenchidas, contudo ainda será possível analisar esse tipo de campo em suas respectivas fichas.

Começaremos pelo Museu Casa da Hera. Ele apresenta um campo de medidas que exige o preenchimento da largura, altura e profundidade, seguindo as diretrizes de um objeto tridimensional, contudo também apresenta mais dois campos que deixarei para destacar na última coluna desta tabela. O Museu Hering tem o campo dimensões e suporte e possibilita que o preenchimento com essa informação

seja livre, no entanto, para a ficha disponibilizada foi feito a medida da altura, largura e manga da peça.

O Museu Histórico Nacional, apesar de possuir os espaços para a altura, largura, comprimento e diâmetro, preenche somente os dois primeiros, no caso da peça analisada. O Museu Imperial também segue a mesma linha e tem um campo para livre preenchimento que nessa ficha não tem nenhuma informação.

Os museus da República, Zuzu Angel, e do Índio exigem e preenchem esse campo com as informações de altura, largura e profundidade, já o museu Abílio Barreto que também possui esses três espaços citados anteriormente tem o acréscimo dos campos de diâmetro, profundidade e peso, porém, na ficha disponibilizada, somente o comprimento e o diâmetro estão preenchidos. E por fim, apesar de não estar preenchida, a ficha do Museu da Baronesa possui os campos comprimento, largura, altura, espessura, profundidade e diâmetro.

#### **Quadro 6 - Conservação do Objeto**

Museu Casa da Hera	Conservação ( <b> muito bom, bom, razoável, ruim, péssimo, recuperável</b> ); Observação.
Museu Hering	Notas sobre conservação.
Museu Histórico Nacional	Estado de conservação ( <b>excelente; muito bom; bom; regular; ruim; péssimo; inut.</b> ).
Museu Imperial	Estado de conservação.
Museu da República	Intervenções; Estado de conservação.
Museu da Indumentária e da Moda	Estado de conservação ( <b>bom; regular; ruim</b> ); ( <b>Fungos; Marcas amareladas; Sujidade; Defeitos</b> ).
Museu Abílio Barreto	Avaliação para seguro; Estado de conservação ( <b>ótimo; bom; regular; regular</b> ); Conservação do objeto ( <b>diagnóstico; intervenções anteriores; recomendações</b> ).
Museu da	Estado de conservação; Recomendações/intervenções anteriores.

Baronesa	
Museu do Índio	Estado de conservação.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observando o **Quadro 6 - Conservação do objeto** foi possível notar que somente duas fichas não possuem este campo: a do Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará e a do Instituto Zuzu Angel. Posteriormente, foi percebido que, de modo geral, as informações relacionadas à conservação se dividem em duas partes.

Na primeira parte, estão as fichas que possuem esse campo com formato de múltipla escolha, são as fichas do Museu Casa da Hera, Histórico Nacional, Imperial, Museu da Indumentária e da Moda e Abílio Barreto. A segunda parte é composta pelo Museu do Índio, Museu da Baronesa, República, Casa da Hera, Hering e Museu Imperial que apresentam campos “abertos”, dando ao responsável pela catalogação maior liberdade de preenchimento. Ainda em relação à conservação, os museus da República, Abílio Barreto, Casa da Hera e da Baronesa possuem campos específicos para se preencher com informações acerca de intervenções de restauração que o objeto possa ter sofrido.

#### **Quadro 7 -Pesquisa e Aquisição**

Museu Casa da Hera	Modo de aquisição; Dados; Fontes.
Museu Hering	Procedência; História administrativa/biografia; História arquivística.
Museu Histórico Nacional	Aquisição ( <b>Compra, permuta, doação, legado, transferência</b> ); Nº processo; Observação <u>[foi preenchido com o histórico]</u> .
Museu Imperial	Aquisição; Assunto <u>[pequeno histórico]</u> .
ZuzuAngel	Histórico da Peça; Eventos associados.
Museu da República	Procedências; Aquisição; Guarda atual; Assuntos ( <b>locais</b> ); Assunto <u>(pessoas físicas/entidades coletivas)</u> ; Ver também coleções; Histórico; Exposições; Observações; Bibliografia.

Museu da Indumentária e da Moda	Procedência; Proprietário/empresa; Informações.
Museu Abílio Barreto	Procedência; Modo de aquisição ( <b>compra; doação; produto de oficina; recolhimento; transferência; permuta</b> ); Data de aquisição; Referências bibliográficas; Histórico de exposições; Histórico de publicações; Dados históricos; Observação.
Museu da Baronesa	Coleção/Doador; Modo de aquisição; Data de aquisição; Histórico da peça; Histórico exposição; Bibliografia; Referências bibliográficas; Observações
Museu do Índio	Modo de aquisição; Data de entrada; Instituição detentora; Responsável pela guarda; Observação sobre o item; Referência bibliográfica.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Para o **Quadro 7 - Pesquisa e Aquisição** iremos fazer uma análise em duas partes, a primeira são os campos referentes à pesquisa sobre a vida do objeto. De modo geral, somente o Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará e o MiMo não possuem campo para esta informação. Foi importante observar que, apesar de nove instituições trazerem informações sobre a história do objeto, praticamente todos os museus nomeiam esse campo de modos diferentes (exemplo: História administrativa/biografia; Observação sobre o item; Histórico da Peça; Observações etc.).

Já em relação ao modo como o objeto foi adquirido pelas instituições, o Museu Casa da Hera, Histórico Nacional, Imperial, Abílio Barreto, Museu da República, Museu da Baronesa e Museu do Índio possuem campo sobre essa informação. Dentre todos os outros museus foi interessante observar que além do campo que se refere à aquisição do objeto (se ele foi doado, comprado etc.), o MiMo, Hering, Museu da República e o da Baronesa apresentam também o campo de “procedência” que informa a quem o objeto pertenceu anteriormente.

**Quadro 8** -Descrição do Objeto

Museu Casa da Hera	Descrição; Partes integrantes - Continuação da descrição.
Museu Hering	Âmbito e conteúdo.
Museu Histórico Nacional	Descrição sumária; Termo de indexação.
Museu Imperial	Descrição.
ZuzuAngel	Descrição da peça; Descrição de peças complementares.
Museu da República	Descrição.
Museu da Indumentária e da Moda	Descrição.
Museu Abílio Barreto	Descrição do objeto; Características iconográficas.
Museu da Baronesa	Descrição.
Museu do Instituto Histórico Geográfico do Pará	Descrição.
Museu do Índio	Descrição; Descritor temático.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2020).

O **Quadro 8 - Descrição** teve como objetivo separar todos os campos que se referem à descrição museológica do objeto. Todas as intuições selecionadas possuem esse campo, contudo, nem todos os museus preenchem esse campo com o nível de detalhe que a descrição museológica exige. Gostaria de destacar que o Museu do Índio e o Histórico Nacional ainda possuem um campo que contém palavras-chave relacionadas ao objeto, uma forma de descrição sumária/indexação

e que o Instituto Zuzu Angel e o Museu Casa da Hera possuem também um campo, se for necessário, reservado para a descrição de peças complementares ao objeto.

**Quadro 9** - Informações Específicas para Indumentária

Museu Casa da Hera	Etiqueta; Medidas parte inferior ( <i>altura frente, altura costa, largura cintura, largura barra</i> ); Cobertura ( <i>diâmetro, largura, altura, largura fita, comprimento fita</i> ).
ZuzuAngel	Peças complementares.
Museu do Índio	Número de peças.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2020).

O último quadro que gostaria de comentar aqui é o de Informações específicas para indumentária. Nele, tive o intuito de observar se mesmo a maioria dos museus possuindo uma ficha mais “genérica” para documentar seus respectivos acervos iria apresentar algum campo que fosse restrito para acervos de indumentária.

Aqui foram analisadas três instituições, a primeira é o Museu do Índio que coloca em sua ficha um campo denominado “número de peças”, foi interessante observar esse campo já que muitas vezes acervos de indumentária possuem mais de uma peça. Seguindo essa mesma linha o Instituto Zuzu Angel também possui um campo chamado “peças complementares” que serve para criar uma ligação entre uma peça e outra, se elas fazem parte da mesma coleção ou se completam.

O terceiro e último é o Museu Casa da Hera, apesar desta ficha não estar preenchida ela possui os campos mais específicos em relação as medidas e detalhes de peças de indumentária. Sua ficha possui um campo denominado “etiqueta” e também mais dois campos reservados para medir o objeto, além do campo básico apresentado no **Quadro 5 - Medidas** (Campos Genéricos necessários), os campos são: Medidas parte inferior (altura frente, altura costa, largura cintura, largura barra), Cobertura (diâmetro, largura, altura, largura fita, comprimento fita).

Como se pode observar nesse capítulo, a documentação de acervos em geral é muito ampla para o que está sendo trabalhado aqui, o acervo de indumentária. Foi

muito interessante observar como as instituições se adaptam para lidar com essa tipologia. Após toda essa apresentação e análise de campos iremos para o terceiro capítulo.

### 3 - DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE INDUMENTÁRIAS

O último capítulo desta pesquisa terá como foco abordar diferentes aspectos referentes às análises das fichas de documentação realizadas durante o segundo capítulo, irei destacar campos já observados nas fichas anteriores e que se mostraram úteis e interessantes para a documentação museológica de acervos de indumentária.

Durante a pesquisa foi possível observar que boa parte dos campos que estão presentes nas fichas são parecidos com os campos de informação que são recomendados pela Resolução Normativa nº 2 de 29 de agosto de 2014 do Ibram. Desse modo, também terei como objetivo abordar esses campos refletindo sobre a melhor forma dos museus documentarem seus acervos de indumentária.

Como abordado no primeiro capítulo, peças de indumentária podem ser um objeto ou conjunto de elementos como vestimentas, adereços, calçados, uniformes etc. Já a documentação museológica é uma atividade essencial para instituições museológicas e, um sistema de documentação pode incluir uma ficha de documentação, manual para preenchimento da ficha, pesquisa museológica, e um sistema de recuperação da informação.

Também foi observado que, ao estar numa instituição museológica, o museólogo se compromete em transformar e aproximar a sociedade através do seu trabalho, o que inclui realizar uma documentação museológica não apenas burocrática, mas capaz de possibilitar estudos mais aprofundados para objetos de diferentes tipologias. Sendo assim, esse trabalho teve como objetivo refletir e procurar possibilidades de melhorar a documentação museológica feita para acervos de indumentária e também para diferentes tipologias e possibilitar que o museu e museólogo exerçam melhor seu trabalho para com a sociedade.

Reitero que de acordo a publicação *Guia dos Museus Brasileiros* (2011) do Instituto Brasileiro de Museus existem cerca de 3 mil instituições museológicas cadastradas na instituição, as tipologias são muito diversas e que apenas uma parcela dessas possui acervo de indumentária. Levando em consideração que documentar um acervo ou coleção não é uma tarefa fácil ou rápida, é compreensível que muitos museus não possuam fichas específicas para várias tipologias de acervos diferentes. Contudo, é possível que as instituições museológicas que possuem indumentárias em seu acervo construam uma ficha de

catalogação mais abrangente e adaptem, na hora do preenchimento, os campos já presentes em suas atuais fichas.

Gostaria de começar apontando que a Resolução Normativa nº2 do Ibram, citada durante o primeiro capítulo, estabelece campos básicos para a documentação museológica, portanto partirei do princípio de que o ideal seria que todas as instituições possuíssem pelo menos esses quinze campos. Isto posto, irei apontar campos que são de preenchimento obrigatório ou opcional e, posteriormente, destacarei campos que foram retirados das fichas analisadas por serem interessantes e relevantes para este tipo de documentação.

Para acervos museológicos, o primeiro campo que a Normativa apresenta é o “número de registro”, que é de preenchimento obrigatório e é muito importante. Nele, deve ser incluído o número que a peça tem dentro do museu a fim de controlar o objeto dentro do acervo, não só para indumentárias que muitas vezes formam um conjunto ou coleção, mas para o controle interno do museu. A seguir temos o campo “outros números” que será de preenchimento opcional e trará informações acerca de numerações anteriores atribuídas ao objeto antes da chegada ao museu.

O próximo campo é nomeado “situação”, o qual é obrigatório e visa informar a respeito do status do objeto dentro do acervo, se ele foi excluído, se está ou não localizado dentro da instituição. O quarto campo, que é de preenchimento obrigatório, é o de “denominação” que informa o nome pelo qual o objeto é chamado (ex. macacão, capa, anágua). Aqui já é possível entrar mais nas questões referentes à indumentária e recomendar ao museólogo que utilize um vocabulário controlado a fim de facilitar a normalização e recuperação da informação.

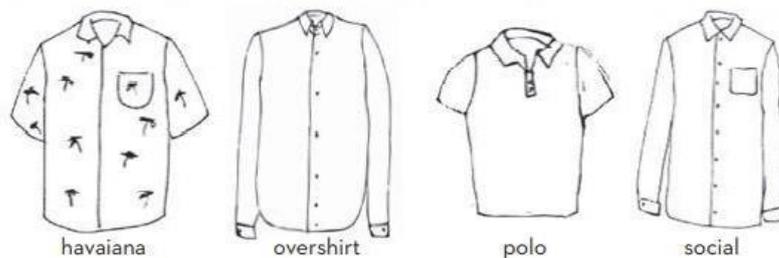
Para essa tipologia de acervo seria interessante o uso da publicação “*Termos básicos para catalogação do vestuário*” de Michelle Kauffmann Benarush (2014), esta publicação é uma adaptação em português de termos básicos de catalogação feita pelo Comitê de Vestuário do Conselho Internacional de Museus e, por ter sido desenvolvida por diversos profissionais da área de estudo da museologia, os

termos de catalogação de peças de vestuário e acessórios contribuem para a padronização da indexação das peças, facilitando o trabalho de museólogos e pesquisadores, bem como, do intercâmbio entre instituições de diversas nacionalidades. (BENARUSH, 2014, p.4).

**Figura 1 -Exemplo de camisa (descrição)**

**CAMISA**

Peça que cobre a parte superior do tronco, geralmente composta de gola e punhos, podendo ter comprimentos de mangas, gola e fechamentos variáveis.

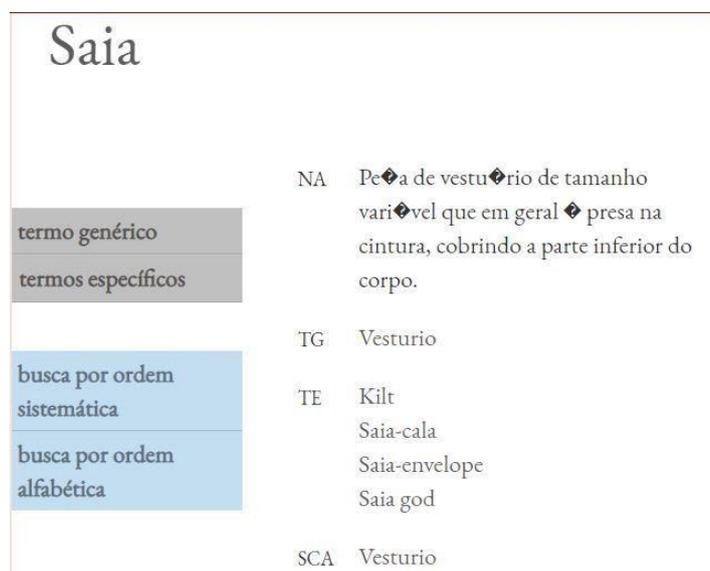


Fonte: Termos básicos para catalogação do vestuário (2014, p.10).

O quinto campo é o de “autor” que apresenta o nome de quem confeccionou o objeto, seja uma pessoa só ou um grupo de pessoas/ empresa, e é de preenchimento obrigatório. Já o campo “título” é de preenchimento facultativo, e traz informações acerca de denominações dadas pelo autor, curador ou por quem está documentando.

Outro campo obrigatório é a “classificação” que, embora seja opcional na Normativa, a partir do que foi observado durante a pesquisa, é recomendado seu preenchimento para que seja mais fácil a recuperação da informação por parte dos usuários. A fim de manter um vocabulário controlado, o Ibram indica o uso do “Tesouro de objetos do patrimônio cultural dos museus brasileiros” de Helena DoddFerrez (2014), publicação de fácil acesso já que está disponível em formato PDF e também está em plataforma digital. A seguir irei anexar uma imagem para exemplificar como o tesouro está inserido no site da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

**Figura 2** -Captura de tela referente ao Tesouro de objetos do patrimônio cultural dos museus brasileiros



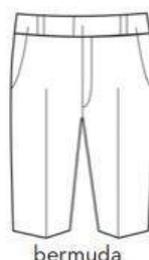
Fonte: Tesouro de objetos do patrimônio cultural dos museus brasileiros (2014).

O oitavo campo é o “resumo descritivo”, campo de informação obrigatória, que deverá ser composto de informações textuais que descrevem o objeto de modo intrínseco<sup>10</sup>. Para indumentárias é útil e necessário e, novamente, recomenda-se usar os “Termos básicos para catalogação do vestuário” como guia, já que essa publicação, muitas vezes, descreve de forma breve as peças.

**Figura 3** -Exemplo de bermuda (descrição)

#### BERMUDA

Peça curta para parte inferior do corpo, que cobre cada uma das pernas em separado, que chega até os joelhos ou pouco abaixo destes.



Fonte: Termos básicos para catalogação do vestuário (2014, p.8).

A seguir temos o campo “dimensões” que é obrigatório e deverá informar as dimensões físicas do objeto. A normativa pede “medidas bidimensionais (altura x largura); tridimensionais (altura x largura x profundidade); circulares (diâmetro x

<sup>10</sup> Descrição física do objeto, identificação e descrição de formatos, partes, cores, marcas e assinaturas.

espessura) e peso” (BRASIL, 2014, p.14). Todavia, para indumentárias gostaria de trazer a ficha do Museu Casa da Hera que, além de possuir informações sobre as medidas tridimensionais, apresenta à parte espaços para as medidas da parte inferior e superior do objeto, incluindo costas, punho, cintura, busto, manga, fita, barra, sola e salto. Desta forma, mesmo se a ficha de uma instituição não possuir esses campos especificados ela pode optar por complementar seu campo já existente inserindo informações mais específicas em relação ao seu objeto além da altura, largura e profundidade. Adiante exemplifiquei como podem ser inseridas na ficha e no sistema de documentação das instituições medidas específicas para acervos de indumentária sem interferir nas medidas básicas exigidas pela Normativa nº 2.

**Quadro 10 - Exemplificação de medidas para uma ficha de documentação**

Altura/ Espessura	Largura/Diâmetro	Profundidade
<b>Medidas parte inferior</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Medidas parte superior</b>
Alt. Frente:	Diâmetro:	Alt. Frente:
Alt. Costa:	Largura:	Alt. Costa:
Larg. Cintura:	Largura Fita:	Larg. Cintura:
Larg. Barra:	Comp. Fita:	Larg. Busto:
Compr.:		
<b>Calçado Esquerdo</b>	<b>Calçado Direito</b>	
Alt.:	Alt.:	
Alt. Salto:	Alt. Salto:	
Larg. Sola:	Larg. Sola:	
Compr.:	Compr.:	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O décimo campo é o de “material” que informa sobre o que se compõe o objeto, e o décimo primeiro é o de “técnica” que informará quais tipos de técnicas

foram utilizadas para confeccionar o objeto, ambos são campos obrigatórios de preenchimento de acordo com a Normativa.

Para esses dois campos o mais importante é a forma como o museólogo irá preencher. Partindo das fichas analisadas, foi possível perceber que todas as instituições possuem tais campos, mas o que difere uma da outra é o quão específico são seus preenchimentos, e aqui destaco o Museu Imperial e o Instituto Zuzu Angel que inserem em suas fichas informações mais detalhadas como, por exemplo, em vez de colocar no campo “material” a informação “tecido”, eles colocam: renda, filó, cetim de seda, zíper, colchete. E o mesmo segue para o campo de técnica onde inserem informações como: renda manual, costura feita à mão, costura à máquina.

O próximo campo é o “estado de conservação”, que traz informações obrigatórias acerca do estado em que o objeto se encontra a partir da data da documentação. Para peças de indumentária, que muitas vezes são objetos frágeis ou que contém matéria prima orgânica como peles, penas, lãs e que podem deteriorar rapidamente, esse campo deve ser preenchido com muita atenção.

A seguir têm-se também os campos “local de produção” e “data de produção”, que são de preenchimento obrigatório, possibilitando que o museólogo faça uma datação do objeto por meio de pesquisas. É importante destacar que ao estabelecer um período para uma peça, o profissional deve se esforçar para datar o objeto de forma mais precisa já que, em relação à indumentária, datar somente o século pode não ser considerado suficiente (exemplo de datação: década de 20, 1939-1945, segunda metade do século XIX).<sup>11</sup>

Por fim, os dois últimos campos que a Normativa nos disponibiliza são o de “condições de reprodução”, informação obrigatória que indique as possibilidades de reprodução da imagem do objeto por meios de divulgação, e o de “mídias relacionadas” que é de preenchimento facultativo e um espaço para a inserção de arquivos relacionados ao objeto.

Partindo dos campos que o Ibram apresenta para acervos musealizados, gostaria de apontar outros campos e meios de realizar uma documentação de indumentária começando por uma diretriz do Icom-costume.

---

<sup>11</sup> Exemplo baseado nas diretrizes do Icom-costume.

Para o primeiro contato com a peça de indumentária, o comitê indica que é muito importante extrair o máximo de informações possíveis, em destaque entram aqui informações como a conexão com o proprietário original do objeto; o estilista/fabricante, se possível uma representação visual do objeto em uso; data de aquisição (pelo dono original), local de aquisição e preço; possíveis usos da peça (ocasiões como evento, festas...); histórico do uso (ICOM, 201-p.2).

Todas essas informações obtidas podem ser inseridas em diferentes campos aqui já citados e em outros que irei destacar mais à frente. Ainda seguindo a diretriz do comitê é possível que os museus também incluam/adaptem o campo “marca/fabricante” e incluam também o termo “estilista”, visto que muitas vezes essa informação é necessária para peças de indumentária, principalmente roupas.

Partindo para campos e informações que se destacaram nas fichas analisadas durante esta pesquisa, outra informação que pode ser muito útil para essa tipologia de acervo é o campo “iconografia”, presente na ficha do Museu Abílio Barreto, que pode ser utilizado para anexar imagens que ilustrem o objeto em uso, visto que indumentárias são objetos visuais e táteis. Esse recurso pode ilustrar aos usuários um pouco mais sobre o contexto e a trajetória desse objeto.

Ainda nessa linha gostaria de indicar juntamente com o campo “iconografia” a importância da presença do campo “histórico do objeto”, campo que está presente em muitas fichas analisadas até aqui, mas que não é exigida pela Normativa do Ibram. Como dito anteriormente, não somente para indumentárias, mas para toda tipologia de objeto musealizado, a história do objeto antes, durante e depois de sua passagem pelo museu é de suma importância para contextualizar a sociedade sobre a existência e valor daquele objeto.

Gostaria de voltar a comentar sobre o Museu Casa da Hera que apresenta o campo “etiquetas”, parte que contém informações importantes para indumentárias como CNPJ do fabricante ou marca, recomendação de conservação, país de origem, indicações de tamanho, dentre outras informações. Esse campo pode ser adaptado e incorporado ao que, geralmente, os museus têm em sua ficha que são os campos de “inscrições e assinatura”, sendo assim uma possibilidade seria mesclar e criar um campo para inscrições/assinatura/etiqueta.

O Instituto Zuzu Angel apresentou uma ferramenta muito interessante em sua ficha de documentação. Eles possuem o campo “fotografia” que apresenta o objeto em 360º, esse recurso é muito interessante para quem está documentando o objeto, já que essa tipologia de acervo deve ser manuseada o mínimo possível, e também possibilita ao usuário observar mais detalhes das peças.

**Figura 4** -Vestido protesto político [anjo bordado em paêtes]



Exemplo de fotografia utilizada na documentação museológica do Instituto ZuzuAngel.

Fonte: Site Instituto Zuzu Angel. Disponível em: <http://www.zuzuangel.com.br/vestuario/vestido-protesto-politico-anjo-bordado-em-paetes>.(2020).

Apesar disso, sabendo do limite de recursos tecnológicos que muitos museus possuem, é possível que as instituições tirem fotografias detalhadas dos objetos, “(na horizontal ou montado em manequins) que demonstrem os sinais de uso, decorações e detalhes, remendos, restauro e tratamentos de conservação” (ICOM, 201-,p.3).

Dos museus Abílio Barreto, da República e Instituto Zuzu Angel, destaco o campo “coleção” para acervos de indumentária e outras tipologias, pois é interessante ter essa possibilidade de informação, já que muitas vezes a peça que

está presente em um museu pode fazer parte de uma coleção facilitando a recuperação da informação pelo museólogo.

Trago novamente a ficha de catalogação do Instituto Zuzu Angel, porque possui aspectos muito interessantes já que seu acervo é composto basicamente por indumentárias. Aqui destaco três campos, o primeiro seria o de “eventos associados” que funciona como “parte do histórico”, o qual traz informações sobre eventos que o objeto já participou como, por exemplo, exposições. Esse campo pode ir além e também conter informações como festas e eventos históricos para os quais a indumentária possa ter sido criada e/ou utilizada.

O segundo e terceiro campo são “peças complementares” e “descrição de peças complementares” esses dois campos fazem uma conexão entre a peça que está sendo catalogada a outro objeto. Um exemplo é uma túnica que forma um conjunto juntamente com uma calça, o campo “peças complementares” seria preenchido como “Calça rosa com flores - conjunto túnica” e o de descrição de peças complementares seria a descrição museológica da calça.

**Figura 5** -Calça rosa com flores [Conjunto túnica]



Fonte: Site Instituto ZuzuAngel. Disponível em: [www.zuzuangel.com.br/vestuario/calca-rosa-com-flores-conjunto-tunica](http://www.zuzuangel.com.br/vestuario/calca-rosa-com-flores-conjunto-tunica). (2020).

Esses campos apresentados pelo Instituto corroboram sobre o que autores presentes no primeiro capítulo desta pesquisa apresentaram, “a indumentária,

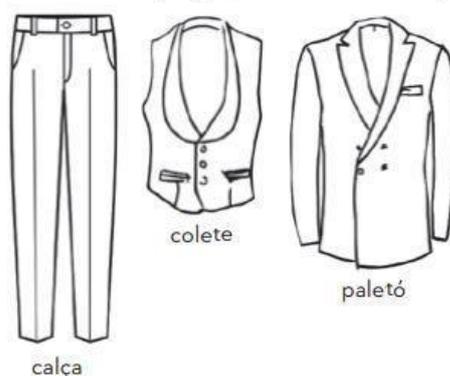
muitas vezes, é reduzida à ideia simplória de vestuário. No entanto, sua linguagem é um conjunto constituído por roupas, calçados, bolsas e acessórios.” (STEFANI, 2005, p.57). Assim, a noção de indumentária vem atrelada com a ideia de que ela pode ser uma só peça, mas muitas vezes está atrelada a um conjunto de objetos (exemplo: calça + túnica + calçado + lenço).

Por fim, um último campo que gostaria de trazer aqui baseado em fichas de documentação que tive contato durante a graduação seria o de “número de partes do objeto” que, para peças de indumentária, será de grande ajuda, já que muitos desses objetos são conjuntos ou possuem várias partes (ex. um terno que possui três partes: calça, paletó e colete).

**Figura 6 -Terno de três peças (exemplo)**

#### TERNO

Conjunto composto de duas ou três peças, sendo elas: calça, paletó e colete.



Fonte: Termos básicos para catalogação do vestuário (2014, p.16).

Finalmente, queria reforçar que os campos e orientações citados aqui ainda necessitam de mais pesquisa e que somente um trabalho de conclusão de curso não pode abarcar. Também destaco que uma ficha de documentação sozinha não pode resolver todos os problemas em relação à área de documentação de um museu, a ficha é somente uma parte de todo um sistema que também precisa ser reformulado. Contudo, já começar a modificar e adaptar uma ficha de documentação para colher informações mais eficientes acerca de uma tipologia específica de acervo faz com que a museologia e as instituições museológicas possam cumprir melhor seu papel para com a sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado ao longo dessa pesquisa, a documentação museológica é um campo de estudo amplo que possibilita e ainda necessita de muitos estudos. O que impulsionou a realização deste trabalho foi a falta de estudos relacionados à área da documentação museológica sobre acervos de indumentária, a lacuna que este trabalho se propôs a responder foi como a documentação museológica pode melhorar em relação a peças de indumentária.

Para a realização desta pesquisa, primeiro, foi feita uma revisão bibliográfica para compreender melhor onde este trabalho se encaixaria no campo de estudo da Museologia. A documentação museológica é uma área essencial para o campo da Museologia e para o funcionamento de instituições museológicas. Foram levantados conceitos acerca da documentação museológica, história e definição do conceito de indumentária e estudos referentes ao campo de documentação museológica de indumentárias.

A seguir foi realizado um levantamento de museus brasileiros que possuem acervos de indumentária, sendo identificadas 26 instituições, das quais somente sete instituições responderam, disponibilizando informações referentes à documentação e outras quatro disponibilizaram informações de livre acesso em meiodigital.

Dessa maneira, onze instituições tiveram sua ficha de documentação estudada, a análise foi feita a partir da listagem dos campos e com a construção de várias tabelas para separar os campos das fichas de documentação em conjunto de informações similares, a partir dessa divisão, foi feita uma comparação entre os campos das fichas utilizadas por cada museu.

Por fim no terceiro e último capítulo desta pesquisa, destaquei campos dentre os das fichas analisadas que se adequam mais para objetos de indumentária e também utilizei da Resolução Normativa nº2 do Ibram a fim de propor melhores meios de realizar a documentação museológica de acervo de indumentária.

É importante ressaltar que, apesar das dificuldades, as instituições brasileiras estão trabalhando para conseguir salvaguardar e aproximar seus acervos da sociedade do melhor modo possível, com o decorrer dos anos profissionais de

museologia estão se empenhando em pesquisar e atualizar suas concepções acerca da área de conhecimento da museologia.

Este trabalho é um estudo que poderia ser aprofundado, analisando mais fichas de documentação museológica de outras instituições com essa tipologia de acervo, além de possibilitar o estudo de outras áreas de um sistema de documentação que vai além da ficha de documentação.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rita Morais de. Indumentária nos museus brasileiros: a invisibilidade das coleções. **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, ano XII, v.7, Brasília: p.10-31, 2016.
- BICKLEY, Anthea. **Clothestell stories (Documentation)**. Disponível em: <http://www.clothestellstories.com/index.php/working-with-clothes/documentation>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- BOUCHER, François. **História do Vestuário no Ocidente**. São Paulo: CosacNaify, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 set. 2014. Seção 1, p.14.
- BRUNO, Cristina. Museologia: Algumas idéias para sua organização interdisciplinar. **Cadernos de Socio-Museologia - Museologia e Comunicação**, n. 9, Lisboa, 1996. p. 9-25
- CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museus: Aquisição/Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.
- CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação museológica**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 33-92.
- FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **CADERNOS de ensaios- Estudos de Museologia**, n. 2, Rio de Janeiro, Minc/Iphan, p. 64-73, 1994.
- ICOM COSTUME. **Diretrizes do Comitê de Indumentária – ICOM**. Versão em Português. Rio de Janeiro: Governo do Rio de Janeiro / Instituto ZuzuAngel. [20-]. 8p. Disponível em: [http://network.icom.museum/fileadmin/user\\_upload/minisites/costume/pdf/guidelines\\_portuguese.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/costume/pdf/guidelines_portuguese.pdf). Acesso em: 1 fev. 2021.
- JULIÃO, Leticia. Pesquisa Histórica no Museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas 1**. Belo Horizonte, p. 94-105, 2002.
- LARA FILHO, Durval. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, n. 21, v. 2, p. 163-169, maio/ago., 2009.
- LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: ROMANO, Rugiero (Dir.). **Enciclopedia Einaudi**. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984, v. I.
- LOUREIRO, José Mauro Matheus. A documentação suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. **Documentação em Museus - MAST Colloquia**. Rio de Janeiro, v. 10, p.24-30, 2008.

NACIF, Maria Cristina Volpi. O vestuário como princípio de leitura do mundo. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, Rio Grande do Sul. **Anais** [...]. Rio Grande do Sul :ANPUH, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20Cristina%20V%20Nacif.pdf>. Acesso em: 1 fev.2021.

NASCIMENTO, Rosana Andrade do. Documentação museológica e comunicação. **Cadernos de Museologia** – Centro de Estudos de Socio-Museologia, n. 3, Lisboa,1994.

NERY, Marie Louise. **A Evolução da Indumentária**. São Paulo: Senac, 2003.

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e Ciência da Informação: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'Roupas Brancas'**. São Paulo, 2009.133p. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. **Coleção Estudos Museológicos**. v. 2, Florianópolis, 2014.

ICOM. **ICOM-CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL**. Revista Museu, 1986. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4890-1986-icom-codigo-de-etica-profissional.html>. Acesso em: 2 mar. 2019.

SANTOS, Maria Célia Teixeira. Documentação museológica, educação e cidadania. **Cadernos de Museologia** – Centro de Estudos de Socio-Museologia, n. 3, Lisboa, 1994.

SILVA, Ursula de Carvalho. **História da Indumentária**. Araranguá: Ministério da Educação, 2009.

STEFANI, Patrícia da Silva. **Moda e Comunicação: a indumentária como forma de expressão**. Juiz de Fora, FACOM, 2005.

TANUS, GabrielleFrancinne de S.C.; RENAU, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.158-174, dez. 2012.

### **Sites dos Museus**

INSTITUTO ZUZU ANGEL. **Instituto ZuzuAngel**. Disponível em: <http://memoria.zuzuangel.com.br/html/zuzu.asp>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/museu.html>. Acesso em: 1 fev. 2021.

CONHECENDO MUSEUS. **Museu Casa da Hera**. Disponível em: <http://www.conhecendomuseus.com.br/museus/museu-casa-da-hera/>. Acesso em: 8 set. 2019.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de ZuzuAngel**. Disponível em:  
[https://www.ebiografia.com/zuzu\\_angel/](https://www.ebiografia.com/zuzu_angel/). Acesso em: 8 set. 2019.

MUSEU HERING. **Museu Hering**. Disponível em:  
<http://fundacaohermannhering.org.br/museu-hering/sobre>. Acesso em: 8 set. 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Fazenda Velha 1939-1941** -Acervo MHAB. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/museus/mhab/historico>. Acesso em: 8 set. 2019.

MUSEU IMPERIAL. **História do Museu Imperial**. Disponível em:  
<http://museuimperial.museus.gov.br/historico-personagens.html>. Acesso em: 8 set. 2019.

MUSEU DO ÍNDIO. **Museu do Índio**. Disponível em:  
<http://www.museudoindio.gov.br/o-museu/apresentacao>. Acesso em: 10 set. 2020.

MUSEU DA INDUMENTÁRIA E DA MODA. **Sobre o Museu da indumentária e da moda**. Disponível em: <http://mimo.org.br/historia/>. Acesso em: 8 set. 2020.

MUSEU NACIONAL. **Museu Histórico Nacional**. Disponível em:  
<http://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>. Acesso em: 8 set. 2020.

CONHECENDO PELOTAS. **Museu da Baronesa**. Disponível em:  
<https://conhecapelotas.blogspot.com/2009/03/museu-da-baronesa.html>. Acesso em: 9 set. 2020.

MUSEU DA REPÚBLICA. **Museu da República**. Disponível em:  
<http://museudarepublica.museus.gov.br/o-museu/>. Acesso em: 8 set. 2020.

TURISMO PELOTAS. **Museu da Baronesa**. Disponível em:  
<https://turismopelotas.com.br/museu-da-baronesa/>. Acesso em: 9 set. 2020.